



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Canudos: sonhos de liberdade no sertão baiano (1870-1897)

Fernando Antonio Honório

CAMPINA GRANDE
Novembro de 2019.

Canudos: sonhos de liberdade no sertão baiano (1870-1897)

Fernando Antonio Honório

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Celso Gestermeir do Nascimento

Campina Grande

2019



Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2025.

Sumé - PB



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos 25 dias do mês de NOV. do ano de 2019, às 16:00 horas, na sala 102 do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, teve início a defesa de Monografia de fim de curso do aluno(a) FERNANDO ANTONIO HONÓRIO sob o título: CANUDOS: SONHOS DE LIBERDADE NO SERTÃO BAIANO (1870 - 1897)

a Banca examinadora foi composta pelos professores:

NOME COMPLETO	TÍTULO	FUNÇÃO
<u>CELSO GESTERHEIER DO NASCIMENTO</u>	<u>DR.</u>	ORIENTADOR (A)
<u>JOSE LUCIANO DE QUEIROZ AIRES</u>	<u>DR.</u>	MEMBRO
<u>JOEL CARLOS DE SOUZA ANDRADE</u>	<u>DR.</u>	MEMBRO

Após a apresentação do trabalho pelo (a) candidato (a), os professores se posicionaram ao trabalho produzido. Após as considerações do (a) candidato (a), a Banca reuniu - se e deliberou pela APROVAÇÃO da monografia do aluno, com nota 100 (DEZ).
Campina Grande-PB, 25 de NOVEMBRO de 2019.

Orientador (a)

Membro da Banca

Membro da Banca

DEDICATÓRIA

Dedico este texto às milhares de vítimas inocentes do conflito, mulheres, crianças e idosos. Como soldado, dedico também aos milhares de combatentes mortos, uns lutando pelo direito a vida, à liberdade e a fé, outros, pelo fiel cumprimento da missão.

AGRADECIMENTOS

Ao término de um trabalho que direta ou indiretamente envolveu várias pessoas, chego à conclusão de que agradecer torna-se tarefa um tanto quanto difícil.

Difícil, não pelo ato em si, mas sim, pela possibilidade de esquecimento involuntário de algum colaborador. Por isso, desde já peço humildes desculpas aqueles que por descuido venha a esquecer.

Meus agradecimentos iniciais se dirigem ao Pai Celestial por ter-me concedido a graça da perseverança e o desejo de nunca desistir do meu objetivo.

Em seguida, agradeço à Rosa, ao Gabriel e ao Rafael, meus queridos familiares, pelo fato de aceitarem renunciar a algumas das poucas horas de que disponho para o lazer em família e sempre me apoiarem neste projeto.

Agradecimento especial faço a meu orientador, professor Celso Gestermeir do Nascimento, desta universidade, que, mesmo sobrecarregado em suas funções, não hesitou em aceitar mais esta peleja, não poupando paciência, generosidade e inteligência na condução dos trabalhos. Destaco ainda, o fato de ter-me encaminhado a um dos principais colaboradores desta pesquisa, o professor Joel Carlos de Souza Andrade, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – campus Caicó, sempre bem cordial e solícito. A meus dois mentores, meus mais nobres agradecimentos.

Agradeço também, a meus companheiros de turma: Denner, Denis, Éryckles, Felipe, e de uma forma toda especial à equipe Mariana e Regina, por terem aguentado e apoiado as pesquisas e ponderações desse colega inquieto.

Por fim, agradeço a todos os integrantes do Departamento de História (professores, funcionários e terceirizados), que de uma forma ou de outra contribuíram com minha formação.

A todos, o meu muito obrigado!

EPÍGRAFE

... é chegado o momento para me despedir de vós; que pena, que sentimento tão vivo ocasiona esta despedida em minha alma, à vista do modo benévolo com que me tendes tratado, penhorando-me assim, bastante! São estes os testemunhos que me fazem compreender quanto domina em vossos corações tão belo sentimento! Adeus povo, adeus aves, adeus árvores, adeus campos, aceitai a minha despedida, que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós, que jamais se apagarão da lembrança desse peregrino, que aspira ansiosamente a vossa salvação e o bem da Igreja. Praza aos céus que tão ardente desejo seja correspondido com aquela conversão sincera que tanto deve cativar o vosso afeto.¹

¹ Trecho final da prédica da despedida, apud NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. São Paulo: Atlas, 1997.p 197

RESUMO

Sem a pretensão de esgotar o assunto, este estudo visa problematizar a real ameaça representada pela comunidade de Canudos. Seriam os canudenses uma ameaça à República? Ou seriam na verdade, uma ameaça à exploração social e econômica que vigorava à época? Com o intuito de esclarecer estes questionamentos, considerei necessário analisar as principais mudanças ocorridas no Brasil, nas últimas décadas do século XIX, bem como, as circunstâncias nas quais a comunidade foi inserida nos assuntos políticos nacionais sendo transformada em ameaça às instituições republicanas. Utilizando como referencial teórico-metodológico os aportes da história social, apropriei-me de alguns conceitos como o de “civilização” e “barbárie” extraído do Dicionário de Conceitos Históricos, “banditismo social” e “costumes” em Hobsbawm e “memória” em M. Halbwachs, dentre outros. As fontes pesquisadas dividiram-se em: bibliográficas (principal: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha); documentais: Coletânea de Ordens do Dia (1857-1909), da Secretaria Geral do Exército e periódicos da época (*O Rabudo*, *Jornal do Comércio*, *O Estado de São Paulo* e outros). De tudo, se concluiu que, mesmo diante das degolas, ao bradarem “vivas ao Bom Conselheiro”, se recusando a bradar “vivas à República” [o que poderia poupar-lhes a vida] e também ao lutarem até o último homem, os sertanejos de Canudos tornaram-se senhores de sua própria história, e fundaram um movimento social, cujos integrantes apresentavam motivações e características sociais, econômicas e culturais diferentes, mas que, unidos pelos princípios cristãos de Antônio Conselheiro cultivavam o sonho de terem na “terra” aquilo que só lhes eram prometidos no “céu”. Concluiu-se também, que, no âmbito local, a transformação de Canudos em ameaça às instituições republicanas se deu em função de conflitos oligárquicos dentro do estado da Bahia, e no nacional, das disputas internas do Partido Republicano Federal.

Palavras-chave: Exército Brasileiro. Canudos. Antonio Conselheiro. Liberdade. Jacobinos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Comunidade de Belo Monte vista por Alvim Horcades	30
---	-----------

LISTA DE QUADROS

- **Quadro 1** - Mapa da Força com que cada Província do Império concorreu para a Guerra do Paraguai 9
- **Quadro 2** - Evolução populacional de Belo Monte 27

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1- Século XIX: transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas nas últimas décadas.....	8
1.1 - Emergência de uma classe esquecida.....	8
1.2 - A nova ordem: a República.....	13
1.3 - As relações socioeconômicas das Províncias do Norte na segunda metade do século XIX.....	16
Capítulo 2 - Euclides da Cunha e Antonio Conselheiro.....	22
2.1 - Euclides e <i>Os Sertões</i>	22
2.2 - Antonio Conselheiro e a comunidade de Belo Monte.....	28
2.3 - A voz dos excluídos.....	33
Capítulo 3 - O processo de desconstrução de Antonio Conselheiro e seu séquito: a destruição da comunidade.....	36
3.1 - Antonio Conselheiro vira manchete nos jornais.....	36
3.2 - As elites debatem Canudos.....	37
3.3 - O começo do fim.....	40
Considerações finais.....	48
Referências.....	50

INTRODUÇÃO

Esta monografia surgiu de inquietações despertadas durante minha vivência profissional e acadêmica. Inquietações estas manifestadas em ocasiões nas quais participei de estudos a cerca do conflito de Canudos (1896-1897), um dos mais trágicos e polêmicos episódios da história nacional.

O primeiro estudo ocorreu no ano de 2004, por conta da realização de um curso de aperfeiçoamento. Voltado especificamente para as teorias militares, nele tivemos a chance de discutir os motivos pelos quais uma Força Armada, com equipamentos relativamente modernos e que recentemente havia sufocado dois conflitos regionais [Revolta da Armada e a Federalista], encontrou sérias dificuldades para sobrepujar uma força oponente armada, inicialmente, com armamentos e ferramentas considerados rústicos.

Na oportunidade identificamos a importância da logística (proximidade do apoio do corpo de saúde, remédios, alimentação, bem como, a regularidade do ressuprimento de combustíveis, munições, fardamentos e de pessoal) e do conhecimento do terreno.

O outro contato ocorreu no ano de 2017, durante a graduação em História. Neste, o tema Canudos foi apresentado sob uma nova perspectiva. Ao estudarmos o Brasil na segunda metade do século XIX, analisamos como o modelo civilizatório, importado da Europa, foi incorporado no discurso e nas práticas das elites nacionais, bem como, a forma pela qual se deu sua imposição às camadas mais baixas da sociedade.

Despertou-me nessa oportunidade o interesse pelo Brasil profundo, terras do interior, distantes do “moderno” litoral. Terras e populações consideradas “bárbaras” por, supostamente, estarem na contramão do progresso científico, das idéias positivistas e iluministas oriundas do Velho Continente.

Trazidos aos assuntos nacionais em um cenário bastante controverso, em ambas as oportunidades de estudo, Antônio Conselheiro e seus seguidores acabaram por assumir um protagonismo até então inédito para representantes das classes mais populares.

Da interseção entre as duas abordagens, restou-me os seguintes questionamentos: seria de fato Antônio Conselheiro e seus seguidores uma ameaça à República? Ou seriam na verdade, uma ameaça à exploração social e econômica que vigorava à época?

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas sim, contribuir com os estudos já desenvolvidos e ainda em andamento, lançando novos olhares a respeito dos prováveis motivos que levaram ao ataque e destruição da comunidade de Canudos.

Para cumprir esse objetivo, analisamos as principais mudanças ocorridas no país no final do século XIX, com ênfase na conjuntura socioeconômica dos sertões da Bahia e a atuação de grupos que disputavam o poder naquele estado e no coração da República.

Nossa pesquisa se baseou na farta historiografia a respeito do tema “Canudos”, a qual, de forma geral, pode ser agrupada em três vertentes distintas: a primeira inicia em 1874 - quando o Jornal sergipano “O Rabudo” faz a primeira citação de Antonio Conselheiro, então chamado de Antonio dos Mares - indo até 1902 quando Euclydes da Cunha publica “*Os Sertões*”. De forma geral, resume-se a publicações em jornais. Após o conflito, surgem alguns livros como *O rei dos Jagunços* (1898) de Manoel Benício e *Descrição de uma viagem a Canudos* (1899), de Alvim Martins Horcades.

Nesta vertente, Antonio Conselheiro e seu grupo são apresentados como um bando de fanáticos religiosos, monarquistas e anti-republicanos, salvo algumas exceções como Alvim Horcades que de forma irrefutável nega qualquer conspiração monarquista em Belo Monte.

A segunda vertente inicia em 1902 com a publicação por Euclydes da Cunha de *Os Sertões*, seguindo até meados do século XX. Nesta vertente podemos notar uma visão sociológica, determinista, positivista e tida como científica. No confronto entre dois mundos, o litoral (moderno e europeizado) e o sertão (atrasado), Antonio Conselheiro e seu séquito são apresentados símbolo do atraso cultural e religioso que deve ser superado.

Uma terceira vertente inicia-se por volta dos anos de 1950. Com um viés revisionista, procura recuperar os sujeitos e suas memórias e valorizando o cotidiano

dos moradores, intenciona mostrar que, diferentemente da história oficial, os canudenses não viviam de saques e esmolas, muito pelo contrário, realizavam relações comerciais com as cidades circunvizinhas e mantinham certa relação com a igreja católica. Destacam-se os trabalhos de Odorico Tavares e Pierre Verger (1947), José Calazans (1970), Nertan Macedo (1983) e Ataliba Nogueira (1974).

Para melhor compreender o evento de Canudos, começamos por problematizar a ascensão social e política do Exército, no período que sucedeu a Guerra do Paraguai e sua qualificação como garantidor da República. Nesse intuito, fizemos uso da Coletânea de Ordens do Dia (1857-1909) da Secretaria Geral do Exército, dando ênfase ao período de 1865 a 1870 (379 ordens do dia) e ao período de 1896 a 1897 (213 ordens do dia), bem como, dos Relatórios do Ministro da Guerra no período de 1865 a 1872, disponíveis na hemeroteca da biblioteca Nacional.

Dentre as fontes bibliográficas, analisado e constantemente confrontado como histórico e literário, temos o livro “Os Sertões”, publicado em 1902, por Euclides da Cunha, escolhido por ter sido a mais “famosa” dentre uma série de publicações contemporâneas ao conflito, e também pelo fato de que por cerca de meio século, ter sido considerado “oficialmente” como um relato fiel do ocorrido.

Colaborando e muitas vezes contrapondo e preenchendo lacunas do “livro vingador”, analisamos a obra: *O rei dos Jagunços: Crônica Histórica e de Costumes Sertanejos Sobre os Acontecimentos de Canudos*, publicada em 1899 [três anos antes de *Os Sertões*], escrito por Manoel Benício, Capitão honorário do Exército e correspondente do Jornal do Comércio durante a Guerra de Canudos, o qual, em agosto de 1897, teria sido expulso da linha de frente após tecer severas críticas aos comandantes e à operação em si.

No livro de Benício começamos a extrair um perfil do Conselheiro diferente do traçado por Euclides, vimos uma pessoa distante das lutas entre os maciéis e os araujos, letrado, e que teve acesso a conhecimentos básicos do latim, considerada língua nobre na época.

Benício chegou em Canudos no início dos conflitos e pode descrever, antes do início dos bombardeios, as cercanias do povoado onde viam-se roçados e criações de bodes, desacreditando assim, a ideia de que os canudenses viviam de saques e roubos.

No livro percebemos, de forma muito menos estereotipada, como era formado o séquito do Conselheiro: vaqueiros, curandeiros, pequenos proprietários sem perspectivas, índios e negros. Identificamos também alguns dos motivos que os levavam até lá, “O povo chegava em Canudos por devoção, curiosidade, moléstia e perseguição da Justiça”.

Outras informações sobre o ambiente e o povoado de Canudos foram extraídas da obra *Descrição de uma viagem a Canudos*, publicada no ano de 1899, pelo acadêmico de medicina da Faculdade de Medicina da Bahia, Alvim Martins Horcades, que partiu para Canudos em 27 de julho de 1897 e lá permaneceu até o fim da guerra, participando inclusive da exumação do “suposto” corpo do Conselheiro.

Horcades nos mostra que o povoado de Canudos em tudo se assemelhava aos povoados do interior da Bahia, “urbs de barro”, “tróia de taipas”, somente na visão idealista de Euclides. A obra, além de exaltar o republicanismo dos acadêmicos da Faculdade de Medicina é uma das primeiras a refutar a ideia de que Canudos representava ameaça à República e, a também denunciar o morticínio promovido pelas tropas legais.

O histórico fenômeno das secas nas províncias do norte e seu efeito sobre a população foi analisado a partir do livro *Vida e Morte no Sertão*, de Marco Antonio Villa, publicado em 2001.

Corroborando na análise da seca de 1877-1879, servimo-nos de Durval Muniz de Albuquerque Júnior que em seu livro *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877-1922)*, o qual publicado em 1988, analisa como as elites do Norte em contraponto à perda da hegemonia política e econômica criaram um discurso de miséria para justificar o recebimento de verbas do Governo Central.

A obra também nos mostra como a desestruturação das relações sociais e dos costumes criaram cisões nos costumes e tradições da população sertaneja, ocasionando a quebra dos velhos pactos paternalistas, e abrindo espaços para o surgimento do fenômeno do banditismo social, quando jagunços se transformam em cangaceiros ou ladrões comuns, e onde se agravavam os crimes de “vingança de sangue”.

Durante todo o período estudado, a imprensa desempenhou um papel importante na construção da representação do Conselheiro, desde o Rabudo em 1874, passando pelos jornais republicanos da Bahia e das províncias do Sul que à época do conflito, mandaram seus correspondentes para a zona de combate.

Complementando a pesquisa realizada nos jornais da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, contribuição valiosíssima foi encontrada no ensaio *No calor da Hora: a guerra de Canudos nos jornais*, 1994, de Walnice Nogueira Galvão. Na obra, a autora classifica e identifica as diferentes linhas de abordagens dos jornais, a galhofeira, a ponderada e a sensacionalista, tendência em que se destacam os jornais jacobinos da capital da República.

Outra importante contribuição de Nogueira é a apresentação do Relatório do Comitê Patriótico², publicado no Jornal do Comércio de São Paulo, em 22 de dezembro de 1897.

O surgimento, evolução e o ostracismo dos jacobinos³, foi brilhantemente analisada por Suely Queiroz em seu livro *Os radicais da República*. Na obra, a autora discorre sobre os grupos que disputavam a hegemonia política na capital federal, principalmente em questões envolvendo a autoridade do então presidente Prudente de Moraes, e como a comunidade de Belo Monte foi transformada em problema nacional.

As fontes acima elencadas serão complementadas por outros artigos, revistas e livros que no decorrer dos trabalhos poderão ser citados em ocasiões pertinentes.

Em minha explanação dissertativa apropriei-me de alguns conceitos, no intuito de construir uma ponte entre as fontes e o objeto de pesquisa. Desta forma, apresentarei a seguir uma síntese do aporte teórico metodológico que será utilizado para análise dos fatos e circunstâncias dos eventos de Canudos.

Para definir quais conceitos deveria trabalhar mergulhei nas observações de Kosselleck⁴. Segundo o autor, todo conceito exige certo nível de teorização e um

² Criado na capital baiana no fim do conflito, o Comitê era presidido por Lélis Piedade e tinha a missão de recolher vítimas e prestar assistência aos sobreviventes. O Relatório apresenta as situações e as condições das mulheres e crianças, que foram resgatadas em Alagoinhas e Queimadas. Apresenta também registros de abusos, estupros e exploração dessas vítimas, além de reconhecer o pudor moral das prisioneiras, ajudando-nos a problematizar a memória construída sobre o conflito.

³ Nome atribuído à ala mais radical do Partido Republicano

⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 5, a 10, 1992, p 134-146

entendimento reflexivo e se relaciona sempre com aquilo que se quer compreender, além é claro, de articular-se a um contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível.

As Diversas relações de poder no sertão baiano, tais como, as práticas paternalistas, o surgimento do coronelismo, bem como, as revoltas dos populares que se sentiam desprotegidos e desamparados, foram problematizadas partindo dos conceitos de “costumes” e “banditismo social” definidos por E. Hobsbawn.

Em um momento incipiente da República, no qual as elites e os intelectuais, baseados em uma concepção positivista de história, buscavam fortalecer o patriotismo e nacionalidade brasileira, consideraram necessário construir e edificar um sistema organizado de lembranças, capaz de assegurar a coesão da opinião pública [cabe salientar que *Os Sertões* contribuiu sobremaneira para esse propósito]. A análise da construção dessa memória coletiva em torno dos acontecimentos de Canudos, foi realizada baseada no conceito de memória coletiva desenvolvido por Maurice Halbwachs.

No entanto, a construção, por parte do Estado e das elites, de uma “memória oficial”, por mais opressora e sólida que pode se mostrar, não foi capaz de por si só eliminar as lembranças traumatizantes e sempre vivas das populações sobrepujadas. A despeito de toda propaganda oficial, a lembrança daquilo que oficialmente se desejava apagar permaneceu na mente dos excluídos, sendo transmitida de uma geração a outra de forma oral, permanecendo viva, aguardando o momento certo da revelação.

Dentro dessa perspectiva, e procurando subverter a memória construída, consideramos ouvir as vozes daqueles que foram marginalizados no evento, desta forma, as entrevistas com sobreviventes da Guerra de Canudos, realizadas em 1947 por Odorico Tavares e Pierre Verger, foram observadas conforme os conceitos de “memória enquadrada” e “clandestina” defendidos por Michael Pollak e Tzvetan Todorov, respectivamente.

A estes conceitos se juntarão outros que serão diluídos e discutidos durante o desdobramento do texto dissertativo, o qual se desdobra em três capítulos.

No primeiro, analisamos as principais alterações ocorridas no país a partir da segunda metade do século XIX, iniciando pela ascensão do Exército Nacional no

período pós Guerra do Paraguai, sua inclusão ativa nos assuntos políticos do Império, a atuação na Proclamação da República e o papel auto instituído de “garantidor” das instituições republicanas, ante as ameaças restauradoras.

Outra importante questão tratada neste capítulo se refere às relações socioeconômicas verificadas no período, com ênfase no recorte geográfico das províncias do Norte, que, com a perda da influência econômica e política e sob as pressões causadas pela seca passaram por um período de grande anomia, que teve como consequência, o surgimento de fenômenos como o banditismo social, alteração nos costumes e o messianismo.

O segundo capítulo é dividido em dois tópicos, no primeiro analisamos o contexto histórico e social de Euclides, sua origem, a carreira militar, as teorias positivistas e deterministas que o influenciaram, bem como, a importância e a recepção no meio literário de sua principal obra, *Os Sertões*.

No segundo tópico problematizamos a vida e penitência de Antonio Vicente Mendes Maciel, ou simplesmente, Antonio Conselheiro, bem como, a fundação e destruição de Belo Monte. Nos baseamos no discurso oficial que fora complementado por análises alternativas, contemporâneas e posteriores ao conflito.

Por fim, no terceiro capítulo tratamos da construção do estereótipo negativo de Antonio Conselheiro e dos vários conflitos de interesse que levaram não só o Governo Federal, mas também, grande parte da opinião pública nacional a considerar o povoado de Belo Monte como ameaça às instituições republicanas exigindo sua destruição.

Capítulo 1

Século XIX: transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas nas últimas décadas

1.1 Emergência de uma classe esquecida

No Brasil, a segunda metade do século XIX foi um importante momento de transformações econômicas, políticas e sociais, que para as elites dominantes sugeriam o ingresso do país no rol das nações desenvolvidas. No entanto, as camadas inferiores da população, viam-se cada vez mais distanciadas do bem-estar promovido pela modernização.

A faixa litorânea, privilegiada desde a chegada dos portugueses, no século XVI, começava a ter suas principais cidades interligadas por estradas e ferrovias, que, acompanhadas dos telégrafos facilitava as comunicações e o transporte humano e de mercadorias. O café tornava-se o principal produto da economia, deslocando o centro político e econômico do norte para o sul do país, principalmente o eixo São Paulo/Rio de Janeiro.

No campo das ciências, surgiam os primeiros intelectuais genuinamente nacionais, que, embora importando teorias e experiências do Velho Mundo, eram formados nas Faculdades de Direito de Recife e São Paulo, nos Institutos de Pesquisas e nas Escolas de Medicina e Engenharia, eram os chamados “homens da ciência”, preocupados em formar a identidade nacional, e que tinham a missão de pensar e desenvolver um país de dimensões territoriais.

No campo social, teorias deterministas importadas do Velho Continente, se confrontavam com a realidade de um país tropical, mestiço e desigual. O interior, por sua vez, permanecia uma verdadeira icógnita para a elite dirigente, os chamados ‘sertões’ eram terras desconhecidas, ignoradas, verdadeiros celeiros de lendas e mitos.

Em relação ao poder, provavelmente, uma das principais alterações desse período foi a ascensão política e social do Exército. Desvalorizado e desprestigiado durante os primeiros anos do Império - principalmente com a lei de 18 de agosto de 1831, que criou a Guarda nacional, a qual concedeu patentes militares a mandatários

locais e permitiu a fundação de verdadeiras milícias, que, apesar de estarem vinculadas ao Ministério da Justiça impedia o desenvolvimento de uma política Imperial de defesa - assumiu um protagonismo ímpar ao sair vitorioso da Guerra do Paraguai (1865-70).

Após a campanha contra Solano Lopes, a Força Terrestre viu aumentar sua influência sobre as questões nacionais. Tal envolvimento ficou nítido em dois eventos cruciais para a derrocada do regime monárquico no país.

O primeiro deles tratou-se da Questão Militar, série de desentendimentos entre chefes militares e políticos, ocorridos a partir de 1879, que englobava discussões a respeito de redução de efetivos e postos de comando, bem como, da censura à manifestações públicas de subordinados contra seus superiores.

Faoro⁵ aponta que o ápice da crise deu-se em 1883, quando Apulco de Castro, dono do Jornal “Corsário”, publica - na sessão paga de seu jornal - uma série de anúncios que, supostamente, teriam ferido a honra⁶ de um oficial⁷. Em retaliação, um grupo de militares do 1º Regimento de Cavalaria (dentre eles Moreira César, futuro comandante da 3ª Expedição contra Canudos), após empastelar⁸ o dito jornal, fere mortalmente o seu proprietário em via pública, e em plena luz do dia. Na ocasião, o Imperador além de não repreender os militares, realiza uma visita ao quartel no qual teria se planejado a vingança. Tal deferência, provocara a revolta e a indignação de alguns políticos.

⁵ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

⁶ Honra Militar, segundo o Vade Mécum Nº 10-Secretaria Geral do Exército (Valores, Deveres, e Ética MILITARES – VM 10), “a honra pessoal refere-se à conduta como pessoa, à sua boa reputação e ao respeito de que é mercedor no seio da comunidade”, sendo um dos valores mais importantes ao oficialato.

⁷ A partir de 6 de outubro de 1883, o jornalista passa a publicar, na sessão “A PEDIDOS”, uma série de anúncios endereçados ao Cornoel Antonio Nicolao Falcão da Frota, Comandante do 1º Regimento de Cavalaria Ligeira (1º RCL), os quais cobram uma suposta dívida que Firmino Garges Bellegrand, oficial lotado naquela Unidade, teria contraído, no ano anterior, junto a uma taverna situada à rua da Quitanda. Diante do não pagamento, os anúncios passaram a ser direcionados também ao Ajudante General e a todo o corpo de oficiais do regimento. Na edição do dia ____ de outubro de 1883, alerta aos demais “taverneiros, açougueiros e padeiros, que ao virem um indivíduo com galões e que seja oficial do 1º RCL, fiquem atentos, pois se não for o tal oficial, pode ser outro de igual jaez”.

⁸ Termo utilizado à época para denominar a quebra de maquinário e destruição de móveis e equipamentos dos jornais. Em boletim datado de 11 de outubro de 1883, um dia após o empastelamento do jornal, Apulco de Castro publica um protesto dirigido ao povo, ao imperador e ao Ministro da Guerra, no qual afirma que “os oficiais e praças de pré [soldados rasos] do regimento são canibais, e que o 1º RCL, o corpo especial do Rei do Brasil, os soldados pagos pelo povo, não passa de uma traça de safados!”

A série de reportagens pode ser acessada na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, através do link <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=363065&pasta=ano%20188&pesq=regimento%20de%20cavalaria>>

Ainda dentro das desavenças entre militares e políticos destacamos a punição imposta ao Tenente-Coronel Sena Madureira, Comandante da Escola de Tiro de Campo Grande, por ter rendido homenagens a Francisco do Nascimento, líder do movimento dos jangadeiros cearenses que se recusaram a transportar escravos do Ceará para outras províncias, e a defesa pública, através da imprensa, por parte do coronel Cunha Matos, de uma ofensa sofrida na Câmara Federal.

Outro evento que acelerou a queda do Império e teve envolvimento direto do Exército foi a questão escravista. Há uma grande controvérsia a respeito da importância da participação dos negros (livres, libertos ou substitutos) na Guerra do Paraguai e suas consequências para a abolição. Antes de entrarmos nessa discussão, considero importante observarmos os dados populacionais contidos no primeiro Recenseamento da População do Império do Brasil⁹, realizado no ano de 1872, o qual constatou que o Império tinha [aproximadamente] 9.930.478 habitantes, destes, 38,3% eram pardos, 38,1% brancos, 19,7% negros (15,2% ainda escravos e 4,5% livres) e 3,9% índios.

Considerando que tradicionalmente a elite econômica do país era formada pela população branca, podemos inferir que a massa de homens pobres livres era formada por pardos e negros, isto nos ajuda a entender a grande participação destes grupos étnicos na Guerra do Paraguai.

Esta constatação pode ser mais bem compreendida se observarmos o Relatório da Secretaria de Assuntos da Guerra, datado de 1º de Maio de 1872, o qual apresenta a participação da população, por províncias, na Guerra do Paraguai:

⁹ Fonte IBGE, disponível em < <https://ww2.ibge.gov.br/censo/censobrasil.shtm>>, acesso em 27/11/18.

Quadro 1 - Mapa da Força com que cada Província do Império concorreu para a Guerra do Paraguai

Província	Volunt. Pátria	Guarda Nac.	Volunt. Recr.	Substitutos	Libertos						Soma
					da Nação	Casa Imperial	Conventos	Particulares	Pelo Governo	Substitutos	
Alagoas	1041	787	791					1	35	1	2656
Amazonas	247	309	167						1		724
Bahia	7764	5312	1861	88			12	12	248		15297
Ceará	1412	3096	1019					1	118	2	5648
Côrte	6234	1851	1170	16	274	67	27	630	960	238	11467
Espírito Santo	341	285	324						11	5	966
Goyas		424	118								542
Maranhão	1509	1787	1083				16	27	113	1	4536
Mato-Grosso	1417	1843	38								3298
Minas	894	1768	1366	11				15	3	13	4070
Pará	1461	1440	861		13		17	2	1	32	3827
Parahyba	984	599	820				8		42	1	2454
Parana	480	1296	230	1				4		11	2022
Pernambuco	4158	1104	1734				9	10	66	55	7136
Piauí	960	1134	446					1	164		2705
Rio Grande do norte	542	348	419					2			1311
Rio Grande do Sul	460	3387	279					37	15	305	4483
Rio de Janeiro	3595	2315	1615	136				1		199	7861
Santa Catarina	969	264	180	99				1		24	1537
São Paulo	2271	1125	2553	443			6	45		61	6504
Sergipe	1099	724	291					10	30		2254
SOMA	37438	31198	17465	794	287	67	95	799	1807	948	91298

Fonte: Relatório da Secretária de Assuntos da Guerra, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/720950/14016?pesq=libertos>

A despeito do fato de no próprio relatório constar a informação de que os números podem não ser precisos devido à inconsistência dos dados das províncias, verifica-se que dentre as províncias que mais contribuíram com os efetivos dos Corpos de Voluntários da Pátria, voluntários, recrutas e libertos, estavam a Bahia, o Município Autônomo da Corte, Minas e Rio de Janeiro, territórios nos quais o número de pretos e pardos superavam em muito o número de brancos, e de forma diretamente proporcional, estes grupos étnicos constituíam o grosso da população pobre, mais propícia ao alistamento e à substituição, tendo em vista que, dentro de uma sociedade estamentária e de difícil ascensão social, os benefícios contidos no Decreto nº 3.3771, de 7 de janeiro de 1865, poderiam ser considerados bastante atrativos.

A partir de um estudo apoiado em farto aporte documental, coletado diretamente dos arquivos das províncias, DUARTE¹⁰ apresenta um efetivo de combatentes superior ao informado no Relatório do Secretário de Assuntos da Guerra. O autor aponta que o Exército Imperial contou com cerca de 123.150 homens, sendo que nos Batalhões do Exército de linha, os Corpos de Voluntários da Pátria chegaram a representar 75% do efetivo. Ao pautar as formas de recrutamento, o general reforça o

¹⁰ DUARTE. Gal. Paulo de Queiroz. *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai.v.1*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981

entendimento de que a massa da tropa era formada pelos segmentos menos abastados da população, que eram praticamente compelidos a participar pois,

Em algumas províncias [...] delegados de polícia e seus prepostos iam caçar o caboclo no Amazonas e Pará, o tabaréu nordestino na caatinga, o matuto na sua tapera, o caiçara no litoral, enfim, brancos, mulatos e os negros que, depois de reunidos e contados, eram despachados em magotes.¹¹

CHIAVENATO¹², ao comparar a etnia dos soldados em combate, afirma que enquanto no exército paraguaio havia cinco brancos para cada mestiço ou preto, entre os aliados (Brasil, Argentina e Uruguai) a proporção era de um branco para cada vinte e cinco mulatos ou pretos, se a comparação se restringisse ao Império do Brasil, esta proporção seria de um branco para cada quarenta e cinco negros.

De todo o exposto, fato pertinente a destacar é que como escravos, libertos, substitutos ou recrutados, o efetivo de negros e pardos que lutaram na Guerra foi enorme, independente para qual país ¹³. No entanto, no caso específico do Brasil este número tendia a ser maior, por manter certa proporção entre o efetivo empregado e a população do país.

E, embora pairassem dúvidas e críticas [principalmente motivadas por teorias raciais e geográficas] no que se refere à capacidade desse grupo étnico em pegar armas e lutar como soldados “civilizados” em nome do Império, os chefes militares se surpreenderam com o desempenho desses soldados, vejamos as palavras do Ministro da Marinha ao ser criticado na Câmara Federal¹⁴, por recrutar libertos para a esquadra,

Podem, (sic) portanto, haver abusos, mas a verdade é que as informações que temos abonam a disciplina e a moralidade dos libertos. E são valentes, sempre o foram. Bateram-se com denodo na Guerra da Independência; um batalhão exclusivamente composto por libertos obrou prodígios de valor a heroica defesa da Colônia de Sacramento, em 1826, quando atacou-a a esquadra de Brown.[...] Mas vamos ao que mais importa; os libertos são bravos e obedientes, e, portanto, tornam-se em pouco tempo bons soldados.

Há um ditado [quase um mandamento entre os militares] que diz “ é na adversidade que se forjam as verdadeiras amizades”, sendo assim, terminada a guerra, concomitante ao crescimento dos ideais positivistas de progresso e liberdade, a luta

¹¹ idem p 287.

¹² CHIAVENATTO. Júlio José. Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai. São PAULO: Brasiliense, 1979.

¹³ É sabido que havia negros combatentes nos quatro exércitos envolvidos.

¹⁴ Sessão da Câmara Federal, datada de 5 de junho de 1868, In PORTO, Costa. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. p 150

abolicionista prosperou no seio dos segmentos militares, parte motivada pelo reconhecimento do desempenho nas batalhas, parte motivada por um sentimento de constrangimento e inquietação. O que seria para um soldado que, em defesa do Império, arriscou sua vida na guerra, retornar para sua terra natal e ver sua mãe ou seus familiares no tronco?

Neste contexto de indignação, fato crucial para a abolição foi a recusa do Exército em atuar como “capitão-do-mato” na repressão às rebeliões e fugas nas senzalas. Criado em junho de 1887 e liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, o Clube Militar em carta endereçada à princesa Isabel, explicitava seu constrangimento,

“Senhora,

Os oficiais, membros do Clube Militar, pedem a Vossa Alteza Imperial vênia para dirigir ao Governo Imperial um pedido, que é antes uma súplica...

... a liberdade é o maior bem que possuímos sobre a terra; uma vez violado o direito que tem a personalidade de agir, o homem para reconquistá-la é capaz de tudo; de um momento para outro ele, que antes era um covarde, torna-se um herói...

... em todos os tempos os meios violentos de perseguição não produziram nunca o desejado efeito.

É impossível, Senhora, esmagar a alma humana que quer ser livre.

Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios de humanidade... esperam que o Governo Imperial não consinta que os oficiais e as praças do Exército sejam desviados de sua nobre missão. Se se tratasse de uma sublevação de escravos que ameaçasse a tranquilidade das famílias, que trouxessem a desordem, acreditai que o Exército havia de manter a ordem. Mas diante de homens que fogem, calmos, sem ruído, evitando tanto a escravidão como a luta e dando ao atravessar cidades exemplos de moralidade, cujo esquecimento tem feito muitas vezes a desonra do Exército mais civilizado, o Exército brasileiro espera que o Governo Imperial lhe concederá o que respeitosamente pede em nome da honra da própria bandeira que defende...”¹⁵

A abolição veio no ano seguinte, em 13 de maio de 1888, a Princesa Regente assinara a abolição da escravatura¹⁶. Destruída a base sobre a qual se apoiava o modelo econômico do Império, a queda do regime monárquico era questão de tempo, e isto aconteceu no ano seguinte `a abolição, em 15 de novembro de 1889, os militares apoiados pelo Partido Republicano Paulista, destituem o Gabinete de Ouro Preto e proclamam a República.

¹⁵ Carta do Presidente do Clube Militar à Princesa Regente, datada de 26 de outubro de 1887. Disponível em <http://clubemilitar.com.br/nossa-historia/abolicao-1888/>

¹⁶ Ao mesmo tempo em que se processou a abolição da escravatura, não foram implementadas política de compensação e inclusão, substituído pela mão de obra europeia, o negro liberto foi largado à própria sorte, sendo obrigado a submeter-se às mesmas condições de trabalho degradantes do período anterior, nos sertões da Bahia, parte desses “mal-aventurados”, seriam acolhidos pelo Conselheiro.

1.2 A nova ordem: a República

Como atualmente, não podemos generalizar e imaginarmos que os ideais republicanos representavam a convicção de todos os militares, haja vista que em virtude da guerra, os efetivos de oficiais foram dilatados, passando a englobar vários segmentos médios da sociedade. Nem todos os militares eram republicanos, o próprio Deodoro era simpatizante da monarquia e integrava o Gabinete de Ouro Preto.

Dentre os militares o sentimento republicano foi desenvolvido principalmente na Escola Militar da Praia Vermelha, tendo como mentor o Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor de matemática daquela escola e que via no Positivismo de Augusto Comte, o caminho que a nação deveria seguir para entrar de fato na era do progresso científico e das ciências. Ser positivista era ser moderno, estar alinhado com as ideias iluministas do Velho Mundo, era ser republicano.

Proclamação do Governo Provisório

Concidadãos – O povo, o exercito e a armada nacional em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas provinciais, acabam de decretar a deposição da dynastia imperial e consequentemente a extinção do systema monarchico representativo.

Como resultado immediato desta revolução nacional, de caracter essencialmente patriotico, acaba de ser intuito um Governo Provisorio, cuja principal missão é garantir, com a ordem publica, a liberdade e os direitos dos cidadãos.

Para comporem esse governo, enquanto a nação soberana, pelos seus órgãos competentes, não proceder a escolha do governo definitivo, foram nomeados pelo chefe do poder executivo da nação os cidadãos abaixo assignados.

Cocidadãos – O Governo Provisório, simples agente temporario da soberania nacional, é o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem.

No uso das attribuições e faculdades extraordinárias de que se acha investido para a defeza da integridade da patria e da ordem publica, o Governo Provisória, por todos os meios a seu alcance, promette e garante a todos os habitantes do Brazil, nacionaes e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuaes e politicos, salvas, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da patria e pela legitima defeza do governo proclamado pelo povo, pelo exercito e pela armada nacional.

Concidadãos – As funções ordinarias, bem como, as funções da administração civil e militar, continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, com relação aos atos na plenitude dos seus efeitos, com relação ás pessoas, repetidas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funcionário.

Fica porem, abolida, desde ja a vitalidade do senado e bem assim abolido o conselho de estado. Fica dissolvida a camara dos deputados.

Concidadãos – O Governo Provisorio reconhece e acata todos só compromissos nacionaes contrahidos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potencias estrangeiras, a divida publica externa e interna, os contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuidas – Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio - Aristides da Silveira Lobo, ministro do interior – Ruy Barbosa, ministro da fazenda e interinamente da justiça – Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, ministro da guerra – Chefe da esquadra Eduardo Wanderkolk,

A República não trouxe grandes alterações sociais, na declaração do Governo Provisório não houve qualquer citação a um dos principais problemas que afetava o país, a má distribuição de rendas [terras] não só foi legitimada, como recebeu a garantia de sua preservação. A manutenção da grande propriedade privada (latifúndio) e a preservação das instituições existentes motivada pelo patrimonialismo – herança da colonização portuguesa - criaria o “coronelismo”, nova forma de dominação percebida de forma mais intensa no interior do país.

No rastro do poder, monarquistas de carteirinha tornaram-se republicanos de primeira hora, o federalismo adotado aumentou o poder das oligarquias locais, com grande favorecimento a dos estados de São Paulo e Minas Geras. Embora tenha-se observado um aumento de investimento em ferrovias, telégrafos e estradas, principalmente nos estados do Sul, o país insistia em sua “vocação” agrícola, dependente do capital estrangeiro e incapaz de desenvolver o progresso por intermédio da indústria.

A questão republicana também é bastante controversa, José Murilo de Carvalho¹⁸ apresenta as diferentes batalhas ideológicas em torno da proclamação da República e as divergências internas do Partido Republicano. No entanto, se por um lado afirma que houve disputas entre quem deveria assumir o título de “proclamador” [Deodoro ou Benjamin] deixa bem claro que a missão de garantir e zelar pelo novo regime coube à Força Terrestre, oficialmente responsável pela implementação do novo regime.

E foi esta orientação que conduziu a atuação do Exército nos três grandes testes ditos “restauradores” do início da República, a Revolta da Armada, a Revolução Federalista e a Guerra de Canudos. Os dois primeiros ocorreram na parte Sul do país e foram lideradas por parte da elite.

A Revolta da Armada claramente era “um conflito de classes, uma luta pela supremacia entre o Exército, mais democrático, mais liberal, e a Marinha, mais

¹⁷Coletânea Ordem do Dia - Ordem do Dia nº 1, de 23 de novembro de 1889, mantida a grafia original.

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

selecionada, mais conservadora, mas, mesmo assim, dividida em facções inimigas, em grupos pessoais.”¹⁹

Por sua vez a Revolução Federalista tratou-se de uma disputa entre oligarquias, de um lado os “castilhistas”, republicanos, liderados por Júlio de Castilhos e que contava com o apoio do Presidente Floriano Peixoto, do outro, os “gasparitas”, federalistas, que seguiam Gaspar Silveira Martins, oposição que almejava reaver o prestígio conquistado durante o regime monárquico.

Apesar de ambas não serem objetos de estudo desse trabalho, dois pontos devem ser destacados, o primeiro tratasse do acirramento de ânimos entre jacobinos²⁰ e monarquistas e o segundo do protagonismo do então Coronel Antonio Moreira César, republicano convicto, integrante da ala jacobina [que conforme narrado anteriormente participou do assassinato de Apulco de Castro, em 1883 - fato observado na Questão Militar], que a frente do 7º Batalhão de Infantaria, comandou a retomada da cidade de Desterro, atual Florianópolis, bem como, o fuzilamento de mais de 180 federalistas, além de inúmeras degolas, o que lhe valeu a alcunha de “o corta-cabeças” e o credenciou a chefiar a 3ª Expedição contra Canudos.

O terceiro teste, a Guerra de Canudos, ocorreu nos sertões do Norte do país, especificamente na Bahia, entre os anos de 1896 e 1897, sendo objeto de estudo desse trabalho. Nesse sentido, para melhor entendermos o movimento de Canudos, é mister esboçarmos parte do contexto no qual a cidadela de Belo Monte estava inserido.

1.3 As relações socioeconômicas das Províncias do Norte na segunda metade do século XIX

A questão da disponibilidade de mão de obra [farta e barata] talvez tenha sido a maior responsável pelas tensões sociais durante o Segundo Reinado. O “vergonhoso” sistema escravista encontrava-se superado e não mais atendia às necessidades da

¹⁹ Oliveira Lima Apud FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. V.1. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p 71

²⁰ Conforme aponta Suely Queiroz, a alcunha “Jacobinos” se refere ao segmento do Partido Republicano, formada por intelectuais, parlamentares e políticos ligados a oligarquias estaduais ou coniventes com elas, além de muitos militares influentes. Para esse grupo a República não estava consolidada, mas sim sob a constante ameaça daqueles que defendiam a restauração monárquica, e somente a radicalização poderia salvá-la. O nome “jacobinos” remete ao grupo liderado por Robespierre que durante a Revolução Francesa (1789) era defensor da violência como forma de garantir a revolução.

incipiente sociedade capitalista que se forjava no Império, o próprio Imperador era pressionado por potências internacionais²¹, que já viviam a fase de expansão do capitalismo comercial e necessitavam de mercados - ou melhor, consumidores - para seus produtos.

Parte da elite nacional defendia uma transição lenta e gradual do trabalho servil para o trabalho livre, transição esta, capaz de manter a oferta de mão de obra. Sendo assim, na Câmara Federal foram travados vários debates no sentido de criar leis²² que mantivesse o *status quo*. Outra parte da elite, influenciada pelas teorias deterministas da época, via na imigração europeia a solução para o problema, bem como, a possibilidade de embranquecer a população e introduzir o país no rol das nações civilizadas.

Desta forma, aliada às leis abolicionistas, uma grande política imigratória foi desenvolvida. No entanto, após as primeiras experiências, verificou-se que o imigrante europeu ao chegar ao país não se adaptou às relações de trabalho e exploração vigentes, muitos adquiriram terras, constituíram colônias e passaram a trabalhar por conta própria.

A elite, por sua vez, acostumada com a usurpação de corpos que o sistema escravista lhe proporcionava, tratou de criar mecanismos que dificultassem o acesso à terra. Costa²³ nos aponta que as discussões envolvendo o problema da mão de obra e o acesso à terra foram iniciadas pelo Conselho de Estado no ano de 1842, baseado nas teorias de Wakefield²⁴ sendo que um projeto de lei fora formulado e enviado à Câmara dos Deputados no ano seguinte.

Após um longo período de disputas de interesses, a 18 de setembro de 1850, fora promulgada a Lei nº 601, denominada Lei das Terras. Esta lei mudava drasticamente a forma de obtenção das terras, formas tradicionais de obtenção de terras (ocupação, arrendamento, meação) foram vetadas, as terras que não estivessem devidamente registradas seriam apropriadas pelo Estado e vendidas por um preço alto, o

²¹ Principalmente a Inglaterra.

²² Lei Eusébio de Queiróz -1850 , Lei do Ventre Livre (Lei Rio Branco) - 1871, Lei dos Sexagenários (Saraiva-Cotegipe)-1885.

²³ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*.9. ed. São Paulo: Editora da Unesp

²⁴ Edward g. Wakefield (1796-1862), inglês que estudou as dificuldades referentes ao desenvolvimento do capitalismo nas colônias britânicas e elaborou a “Teoria da Moderna Colonização”, segundo a qual a oferta de mão-de-obra deveria ser garantida pela dificuldade do acesso à terra.

que dificultaria a aquisição de terras pelos imigrantes recém chegados e por pequenos proprietários, garantido assim a oferta de mão de obra.

Se por um lado a referida lei atendeu aos grandes proprietários – principalmente das províncias do Sul – que podiam arcar com os altos custos da legalização, deixou desprotegidos os pequenos proprietários que pela falta de dinheiro e até mesmo de informações viam-se desprotegidos pela lei. A posse da terra conferia um prestígio social por representar prestígio econômico.

Em virtude da pequena disponibilidade de água e terras férteis ou em condições de serem apropriadas pela agricultura e pecuária esse desamparo pode ser sentido de forma mais drástica no interior das províncias do Norte. Lá, impossibilitado de registrar suas terras devido aos altos custos cartoriais, o pequeno proprietário se alia e se subordina ao grande, dando origem a uma relação “paternalista” de extrema dependência econômica e social, que mais tarde seria chamada de coronelismo. Ocasionalmente, devido a fatores políticos ou naturais, esta relação era colocada à prova, e foi o que começou a ocorrer no fim da década de 70, por ocasião da grande seca de 1877-79.

As secas não são um fenômeno raro e inusitado das províncias do Norte, pelo contrário, elas ocorrem com certa regularidade e intensidade. Villa²⁵ nos mostra que o primeiro registro de seca nos documentos portugueses é de 1552, três anos após a chegada de Tomé de Souza, há registros de padres jesuítas que apontam para uma seca nos anos de 1583, no século XVII houve seis grandes secas: 1603, 1605-7, 1614, 1645, 1652 e 1692, no XVIII, ocorreram sete grandes secas: 1710-11, 1721, 1723-27, 1736-37, 1745-46, 1777-78 e 1791-93. Já no século XIX, temos o registro de doze: 1803-04, 1808-10, 1814, 1817, 1824-25, 1833, 1844-46, 1860, 1869, 1877-79, 1888-89 e 1898.

Se as secas são um fenômeno comum e de certa forma previsível nas Províncias do Norte, por que a de 1877-79 provocou tamanha convulsão social que abalou as estruturas em âmbito local e até mesmo nacional? Esta pergunta é um dos questionamentos que Albuquerque Junior²⁶ nos apresenta e problematiza.

²⁵ VILLA, Marco Antonio. *Vida e Morte no Sertão*. São Paulo: Editora ÁTICA, 2001

²⁶ ALBUQUERQUE JUNIOR. Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877-1922)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988

Segundo o autor, a seca de 1877-79 ocorreu em um período no qual o Império passava por grandes alterações na estrutura do poder. Enquanto as províncias do Sul (especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) viviam certa prosperidade econômica – que seria transformada em capital político – em virtude da rentabilidade e modernização oriundas da economia cafeeira, as elites das províncias do Norte enfrentavam grave crise financeira devido a queda internacional dos preços de seus principais produtos de exportação (açúcar e algodão), causada pela baixa modernização de seus engenhos, o crescimento da oferta de açúcar de beterraba na Europa e a retomada da produção de algodão nos EUA.

Empobrecidas, sendo relegadas aos cargos secundários da administração Imperial e com uma população cada vez maior de homens pobres livres, as províncias do Norte se transformaram em exportadoras de mão-de-obra para outras regiões do país, seja alimentando o tráfico interprovincial de escravos, seja fornecendo soldados e marinheiros (vide o grande nº de combatentes do Norte na Guerra do Paraguai), ou mesmo, fornecendo colonos para a exploração de borracha e o povoamento da Amazônia.

Ciente da perda de poder econômico e consequentemente político, as elites nortistas se uniram em torno de um discurso regionalista que garantisse uma unidade em defesa de seus interesses,

O discurso regionalista foi uma reação ao processo de homogeneização das relações capitalistas em termos nacionais que integravam o Norte, de uma forma subordinada a outro espaço, o Sul. É ao mesmo tempo um discurso de denúncia ao “abandono” do Norte por parte do Estado Imperial, e que visa preservar a identidade de um espaço que começava a ser integrado num todo nacional pelas relações capitalistas, de forma subordinada.²⁷

Encontraram no “discurso de combate às calamidades da seca” uma forma de chamar a atenção do Governo Central, garantindo recursos para as grandes obras (açudes, barragens, estradas, construção de armazéns, dentre outras) e, porque não dizer, para o enriquecimento próprio, tendo em vista, que grande parte dos recursos eram desviados ou utilizados em proveito próprio.

²⁷ ALBUQUERQUE JUNIOR op cit p 60.

Desta forma, Albuquerque Junior objetiva desconstruir as teses defendidas por vários estudiosos de que a seca de 1877-79, teria sido um “marco” na história das secas, em virtude de sua intensidade, duração, extensão e consequências econômicas e sociais.

Em virtude do descaso dos governantes, a perda de prestígio, em relação ao Sul, causou alterações nas relações econômicas e sociais das províncias do Norte aumentando a dicotomia entre o estilo de vida do litoral e do interior.

De forma geral, na faixa litorânea, normalmente denominada de Zona da Mata, encontrávamos relações capitalistas mais acentuadas, predominavam as relações sociais escravistas. A elite era formada por grandes proprietários de terra, senhores de engenhos e comerciantes ligados à exportação, a faixa mediana da sociedade era composta por médios e pequenos comerciantes, profissionais liberais, artesãos, mascates, dentre outros. Na base da pirâmide, encontrávamos os homens pobres livres (trabalhadores sem terras), assalariados urbanos, domésticos e os escravos.

No interior - agreste e sertão – encontrávamos uma relação pré-capitalista, bastante influenciada pelos rigores do clima e vinculada aos interesses econômicos da Zona da Mata. Embora existissem escravos, predominavam as relações sociais de trabalho livre, devido ao binômio pecuária - agricultura de subsistência. O fazendeiro e o criador de gado eram as figuras de maior expressão social, seguidos pelos comerciantes e os comissários envolvidos no beneficiamento e transporte do algodão e do couro. A base era composta pelos escravos, trabalhadores livres sem terras, foreiros, arrendatários, meeiros e agregados.

Em virtude da baixa capacidade financeira, esta camada inferior vivia sob a dependência dos grandes proprietários, que lhe fornecia a subsistência e até mesmo proteção. Em troca, recebiam a lealdade e a subserviência de seus “protegidos”. Esta relação “paternalista” foi embrionária do fenômeno do “coronelismo”. Os grandes latifundiários (barões) eram considerados “senhores locais”, constituíram suas próprias milícias (jagunços), exerciam poder de “justiça”, de “polícia”, e principalmente o poder político, garantido pelo “voto de cabresto”.

O poder, no entanto, não era absoluto e nem eterno, estando sempre ameaçado por fatores que muitas vezes fugiam ao controle. A grave crise social agravada pela tradicional má distribuição das riquezas produzidas na terra, o aumento da população pobre livre, a constante exploração do trabalho e o aumento da miséria, eram, ao mesmo

tempo, causa e efeito de convulsões sociais, tais como, traições, revoltas populares (como a do Quebra-Quilos, em 1874), surgimentos de movimentos como o banditismo social²⁸ (o cangaço), o anticlericalismo²⁹ e de um fenômeno muito comum em um ambiente de desespero e anomia: o surgimento de profetas populares.

Estes fatores eram agravados por outros naturais, e foi justamente isto que a seca de 1877-79, provocou. A dizimação do gado, a destruição das lavouras, a mortandade da população por fome, seca e doenças, ocasionou uma desorganização da estrutura produtiva predominante na região do agreste e do sertão, ou seja, a pecuária/agricultura de subsistência.

Os mais abastados migravam para a Zona da Mata em busca de favores de seus correligionários. Os pobres, abandonados e desprovidos da proteção de seus “padrinhos”, se amarravam na fé, na perseverança ou se aventuravam em longas e sacrificantes migrações³⁰ rumo a locais menos castigados pela natureza.

É neste clima de anomia³¹ em torno de um cenário apocalíptico que encontramos a figura de Antonio Vicente Mendes Maciel, “o Conselheiro”, que nos idos de 1874, já se fazia conhecido, amado e odiado, perseguido e seguido por muitos, nos sertões do Ceará, Sergipe e Bahia, e sua representação é o que passaremos a problematizar no próximo capítulo.

²⁸ Em “Bandidos”, 1969, Hobsbawm analisa o surgimento do bandido social em todas as sociedades rurais situadas entre a fase evolucionária da organização tribal e a moderna sociedade capitalista e industrial, suas causas e consequências.

²⁹ a despeito do esforço de romanização, “movimento reformador da prática católica surgido na segunda metade do século XIX, liderado pelos papas Pio IX (1846-78) e Leão XIII (1878-1903), que procurou retomar as determinações do Concílio de Trento (1543-1563), reforçar a estrutura hierárquica da Igreja, revigorar o trabalho missionário, moralizar o clero e diminuir o poder das irmandades leigas” (Hermann, 2014, p. 124), nos sertões do Norte, era comum a presença de missionários leigos que defendiam a religião primitiva, o efetivo de padres no agreste e no sertão era reduzido, e muitos estavam envolvidos com política, corrupção, desvios de recursos e alimentos destinados ao combate à fome e promiscuidade, que causavam insatisfações e reclamações tanto nas elites como nas camadas populares.

³⁰ A literatura do período é pródiga em relatos da agonia e do sofrimento da população menos abastada, como exemplos podemos citar: Os Retirantes (1879) de José do Patrocínio e a Fome (1890) de Rodolfo Teófilo, dentre outros.

³¹ Partimos do princípio de anomia defendido por DURKHEIM no livro “da divisão do trabalho social”, traduzido e publicado pela editora Martins Fontes, em 2010.

Capítulo 2

Euclides da Cunha e Antônio Conselheiro

A Campanha de Canudos (1896-1897) foi o maior conflito interno registrado em solo brasileiro. Inicialmente, para Euclides, representava o inevitável avanço da “civilização” sobre a “barbárie”, dicotomia entre dois “brasis” o do litoral, “moderno” e “civilizado”, “antelado” com o Velho Mundo e o Brasil profundo, “atrasado” e “bárbaro”. No entanto, para Conselheiro, talvez representasse a luta final do “bem” contra o “mau”. E é esta relação que iremos problematizar neste capítulo.

2.1 Euclides e “Os Sertões”

Como ponto de partida para a pesquisa, utilizaremos inicialmente o livro “Os Sertões”, obra do ex-militar, engenheiro e jornalista Euclides da Cunha, publicada pela editora Laemmert no ano de 1902, que franqueou a entrada do autor para a Academia Brasileira de Letras e é considerada um dos pioneiros ensaios de interpretação do Brasil.

Tal obra foi escolhida por ter sido a mais “famosa” dentre uma série de publicações contemporâneas ao conflito³², e também pelo fato de que por cerca de meio século, foi tida como um relato fiel do ocorrido. Constatação importante é a de que no livro em tela, é possível identificar o pensamento intelectual e científico da época; como as teorias deterministas vindas do Velho Mundo eram na prática, absorvidas pelas elites nacionais e como os chamados “homens das ciências” as utilizavam para justificar o poder.

Em *Os Sertões*, criação e criatura se misturam, sendo difícil compreender a obra sem compreender o universo do autor, sua formação acadêmica, o momento histórico, sendo possível identificar na obra traços de angústias, decepção, tragédias e personagens que se assemelham à sua própria vida.

³² Dentre elas: O Rei dos Jagunços(1898), de Manoel Benício; A Campanha de Canudos(1899), de Aristides A. Milton; Descrição de uma viagem a Canudos (1899), de Alvim M. Horcades, e outras.

Segundo um de seus biógrafos³³, Euclydes Rodrigues Pimenta da Cunha, nasceu a 20 de janeiro de 1866, na fazenda Saudade, no município de Cantagalo, interior fluminense, sua mãe era filha de um pequeno fazendeiro de café e seu pai, contador das fazendas da região. Devido à morte precoce de sua mãe (quando tinha somente três anos de idade) e por dificuldades financeiras enfrentadas pelo pai, foi criado por parentes.

Em 1885, ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. No ano seguinte, possivelmente, pensando na independência financeira fez a opção pragmática de estudar engenharia na Escola Militar da Praia Vermelha, local onde além da formação profissional, havia a possibilidade de recebimento de soldo³⁴.

Nesta época, na Escola Militar da Praia Vermelha vigorava o princípio da meritocracia e a crença no progresso científico, pensamentos que entravam em conflito com a sociedade patriarcal, rural e estamentária do período. Figuras como o Tenente-Coronel Benjamin Constant - professor de Matemática e adepto das ideias positivistas de Augusto Comte - eram idolatradas e exerciam grande influência ideológica sobre os alunos, difundindo entre eles os valores da modernidade.

Euclydes se torna um republicano de primeira ordem, passando a defender os pressupostos evolucionistas da ascensão dos povos por intermédio do progresso científico e da meritocracia, aderindo aí, a uma espécie de darwinismo social, no qual o grau de evolução de uma sociedade estava atrelado a seu nível de civilização.

Ao falarmos de conceitos como “civilização”, precisamos atentarmos para o que adverte Kosselleck³⁵, segundo o autor, todo conceito exige certo nível de teorização e um entendimento reflexivo, e se relaciona sempre com aquilo que se quer compreender, além é claro, de articular-se a um contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível. Sendo assim, ao utilizarmos o conceito de “civilização” pregado pela Escola Militar, estamos falando do conceito forjado na França iluminista do século XVIII, um conceito cultural no qual ser civilizado era ser bom, urbano, culto e educado.

³³ Roberto Ventura In. CUNHA, Euclydes da. *Os Sertões*. Guia de leitura. 39 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, Publifolha, 2000.

³⁴ Nome dado à parcela básica dos vencimentos pagos aos militares, no caso dos alunos das escolas de formação, trata-se da própria remuneração.

³⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 5, a 10, 1992, p 134-146

A “civilização” era uma meta a ser alcançada pelo progresso, um ideal que todos os povos deveriam almejar, no entanto, só alguns tinham alcançado. Somente os adeptos do Iluminismo eram “civilizados” e deveriam se contrapor à ideia de barbárie, de violência e de selvageria.

A estada de Euclides na Escola Militar foi interrompida devido a um ato de indisciplina. No ano de 1888, Tomás Coelho, então Ministro da Guerra do Império realizou uma visita àquela escola, no momento da revista à tropa, foi surpreendido por Euclides que atirou a seus pés a carabina e o sabre-baioneta, dando vivas à República. Como represália, posteriormente, o jovem republicano viria a ser desligado por motivos de saúde.

Tal indisciplina, a despeito de quase ter-lhe custado a carreira, atraiu a atenção de setores republicanos. Euclides foi convidado a escrever para o jornal a Província de São Paulo, o que lhe franqueou o acesso a intelectuais anticlericais, antiescravagistas e antimonárquicos. Após a Proclamação da República, retorna à Escola Militar, onde conclui o curso de Engenheiro Militar. Em 1896, ciente de sua inaptidão para a carreira das Armas³⁶, pede baixa do Exército e passa a atuar como engenheiro e articulista do jornal Estado de São Paulo.

A leitura e a assimilação de conceitos de teóricos europeus que defendiam o determinismo biológico e geográfico como justificativa para o imperialismo, influenciaram significativamente o pensamento de Euclides. Ao longo de “Os Sertões”, são citados mais de uma dezena de pensadores e filósofos, dos quais dentre eles podemos destacar Thomas Buckle (1821-1862), historiador britânico associado ao positivismo historiográfico, que defendia um tipo de história apoiada nas ciências exatas, capaz de a partir de condicionantes geográficas, criar leis gerais para a organização das sociedades.

³⁶ Desligado da Escola Militar por questões físicas, tinha constantes crises asmáticas e em duas ocasiões demonstrou sua indisciplina (em 1888 contra o Ministro da Guerra e, em 1894, após ser reintegrado, protestou em cartas à Gazeta de Notícias contra a proposta de execução sumária dos revoltosos federalistas, em claro questionamentos de atos superiores. Em duas ocasiões, em cartas endereçadas ao amigo Reinaldo Porchat, o próprio Euclides manifesta sua insatisfação: “...Soube aqui que se acha em plena organização a Escola de Engenharia daí. Imediatamente lembrei-me de uma aspiração antiga: **abandonar uma farda demasiadamente pesada para os meus ombros** e passar a vida numa função mais tranquila, mais fecunda e mais nobiliadora.” (carta datada de 7 de junho de 1892 – ano de sua formação na Escola Superior de Guerra); “...Mui breve creio estar aí: **dei parte de doente – considerando-me incapaz para a vida militar, incapaz fisicamente porque moralmente creio-me incompatível de há muito com ela**”(carta datada de 27 de março de 1895). **grifo meu.** As cartas de Euclides podem ser acessadas no endereço: https://pt.wikisource.org/wiki/Correspond%C3%A2ncia_ativa_de_Euclides_da_Cunha

Outro citado é Hippolyte Taine (1828-1893), que foi um crítico e historiador francês, considerado um dos maiores expoentes do Positivismo do século XIX, seu método consistia em fazer história e compreender o homem à luz de três fatores determinantes: meio ambiente, raça e momento histórico.

“ A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável força motriz da história que Gumpłowicz , maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes.”³⁷ Com essas palavras extraídas da nota preliminar de *Os Sertões*, Euclides nos apresenta seu principal referencial teórico, o professor e político polonês Ludwig Gumpłowicz (1839-1909), autor de uma teoria sociológica do Estado baseado na luta de raças e na conquista dos povos mais fracos pelos mais fortes.

E este é o enredo de “Os Sertões”, ou seja, as contradições e os desdobramentos advindos do embate entre uma sociedade moderna e civilizada que habitava o litoral, e outra atrasada, degenerada e bárbara que habitava o interior da Bahia, e que estava fadada a desaparecer.

No entanto, Lima (1997)³⁸ nos apresenta uma questão inusitada, a despeito de se dizer um grande leitor e discípulo do político polonês, Euclides teria interpretado de forma equivocada a tese defendida por Gumpłowicz, diz o crítico,

Em *Der Rassenkampf*(1883), provavelmente lido na tradução francesa, *La luttedesraces*(1893), Ludwig Gumpłowicz não se mostrava um autor complicado. Sua tese era bem transparente. Defensor do poligenismo, para ele a espécie humana consta de raças diversas porque diversos haviam sido seus centros de criação. Desde o começo da história conhecida, “nos deparamos com um grande número de raças humanas, que se encaram entre si como estrangeiras pelo sangue e pela descendência diferente” (Gumpłowicz, L.:1883, 54). Por inferência, assim já se dava antes do período histórico conhecido, e, do ponto de vista de sua formação, nenhuma mudança se verificara na sociedade dos homens.Cada sociedade humana fora constituída por fusões semelhantes de raças diferentes, tendo como único denominador comum a “organização do poder” e a articulação de interesses e conquistas (idem, 170). “Essas comunidades sociais se produzem, ao curso do processo natural histórico, sob a forma de combinações a mais diversas: superpõem-se, cruzam-se, enlaçam-se de muitas maneiras, segundo as diversas complicações que apresentam tanto os interesses como as relações de subordinação sobre as quais se estabelecem” (ibidem, idem).

³⁷CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Apêndice. 39 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, Publifolha, 2000.

³⁸ LIMA, Luis da Costa. *Terra ignota, a construção de Os Sertões*.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p 30-35.

O crítico aponta que em seu livro, o autor polonês reafirma constantemente sua tese de que a coincidência das classes e das castas profissionais com as diferenças étnicas e raciais de um Estado advém unicamente da divisão econômica e política do trabalho, na qual foi organizado, sendo assim, não há o que se falar em raça superior esmagando a inferior.

No entanto, defende que sem esta “desleitura” [por parte de Euclides] da obra de Gumplowicz “a destruição de Canudos não seria considerada para Euclides uma inevitabilidade histórica, e o sertanejo, se não estava destinado a formar uma grande raça [...] tampouco estava condenado a desaparecer” (Lima, 1997, p 32).

Euclides, provavelmente, não fora influenciado somente por autores europeus, no livro há referências a personalidades nacionais como o cientista Nina Rodrigues que introduziu no Brasil a teoria da degenerescência³⁹, além de Rocha Pita e Estevão de Moura. Porém, apesar de não ser citado em *Os Sertões*, a influência do escritor e político argentino Domingo Sarmiento⁴⁰ (1811-88) é nítida na obra, quer seja na dicotomia entre civilização e barbárie, quer seja na própria estruturação positivista do texto.

“Consórcio da arte com a ciência”, nas palavras do autor, ou “obra magnífica de ciência e arte”, sob as penas de Coelho Neto (um dos críticos que elogiaram a obra), o livro é dividido em três partes (A terra, o homem, a luta). Na primeira parte, utilizando de um palavreado arcaico e científico, ou nas palavras de J. Veríssimo⁴¹, “ o maior defeito de seu estilo e de sua linguagem é a falta de simplicidade”.

Euclides traça um voo panorâmico desde o litoral sul, passando pelo Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e adentrando na bacia do São Francisco até chegar ao vale do Vaza-Barris, local da última parte da luta, nesse trajeto o autor descreve o terreno, o clima e a vegetação, demonstrando que quanto mais se afasta do litoral rumo ao sertão, os três fatores se tornam cada vez mais inóspitos, rudes e selvagens.

³⁹ Sistematizada por Benedict Morel (1809-1873), em seu “Tratado das Degenerescências”, de 1857, segundo a qual, à medida que se sucedessem as gerações, nervosos gerariam neuróticos, que gerariam psicóticos, que gerariam idiotas ou imbecis, até a extinção da linhagem.

⁴⁰ Presidente da Argentina entre os anos de 1868-74, e célebre escritor do livro “Facundo”, de 1845, sobre o caudilhismo.

⁴¹ NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim. *Juízos Críticos, Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nanquim Editorial: Editora UNESP, 2003. p 47.

Na segunda, baseado nas teorias deterministas da época, procura descrever “os traços mais expressivos das sub-raças sertanejas”, mostrando como as circunstâncias ambientais atuaram na “degeneração” do sertanejo, tornando-o um ser retrógrado, fanático, violento e fadado a desaparecer.

Entretanto, é nessa parte que nosso autor atinge um ponto de inflexão, “o sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”⁴². Devemos observar também, que o autor realiza uma desconstrução da figura de Antonio Conselheiro, referindo-se a ele como um maníaco, fanático, sebastianista e monarquista.

Cabe Salientar que em *Os Sertões*, a biografia apresenta de Antonio Conselheiro foi obtida pela tradição oral, entrevistas e leitura de periódicos. Euclydes afirma que teve acesso a,

Pobres papéis, em que a ortografia bárbara corria parrelha com os mais ingênuos absurdos e a escrita irregular e feia parecia fotografar o pensamento torturado, eles resumiam a psicologia da luta. Valiam tudo porque nada valiam. Registravam as prédicas de Antônio Conselheiro; e, lendo-as, põe-se de manifesto quanto eram elas afinal inócuas, refletindo o turvamento intelectual de um infeliz. Porque o que nelas vibra em todas as linhas, é a mesma religiosidade difusa e incongruente, bem pouca significação política permitindo emprestar-se às tendências messiânicas expostas.⁴³

No entanto, por intermédio de Ataliba Nogueira⁴⁴ podemos questionar se realmente Euclydes teve acesso aos manuscritos do Conselheiro, ou a outros documentos que foram atribuídos a ele, haja vista que, os escritos encontrados em 5 de outubro de 1897 por João Pondé, médico da 4ª expedição, foram repassados a Afrânio Peixoto, que somente em 1909, os entregou a Euclydes para que fossem analisados.

Teria Euclydes se identificado com o Conselheiro? As histórias semelhantes de vida, ter-lhe-iam causado inquietação? Ambos perderam as mães nos primeiros anos de vida, quando adultos cultivaram os mesmos gostos profissionais: um reformava e construía cemitérios e igrejas, outro, pontes e obras públicas, os dois passaram por

⁴² Euclydes, op cit p 99

⁴³ idem p 87

⁴⁴ NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. São Paulo: Atlas, 1997.

traições conjugais e eram obstinados pela fé: um na rústica fé cristã, outro na ciência e no progresso.

Na terceira e última parte do livro, Euclydes narra com riquezas de detalhes os antecedentes da luta, bem como, as quatro expedições voltadas à destruição daquela que para o Presidente Prudente de Moraes era uma “cidadela maldita”⁴⁵.

O autor se depara com um conflito moral que abala suas convicções, tendo em vista que em Canudos não conseguiu identificar nenhum resquício que propusesse uma revolução restauradora e naquela região abandonada pelo Estado, se deparou com “os singularíssimos civilizados que nos sertões, diante de semibárbaros, estadearam tão lastimáveis selvaticuezas...”⁴⁶

2.2 Antonio Conselheiro e a comunidade de Belo Monte

Diferentemente do perfil “construído” e “cristalizado” por Euclydes, e graças aos trabalhos revisionistas de Nertan Macedo e José Calazans em meados do século passado, e na década de 1970 os de Ataliba Nogueira, podemos inferir que Antonio Vicente Mendes Maciel ou simplesmente Antonio Conselheiro, não era o “gnóstico bronco”, “desequilibrado”, “retrógrado” e “rebelde”.

Nascido em Qexaramobim, interior do Ceará, em 1828, era filho de um pequeno comerciante, ou seja, pertencia à camada média da população sertaneja, teve acesso a certa instrução, estudou português, latim (língua nobre à época) e francês, na escola do professor Manoel Antônio Ferreira Nobre. Assumiu os negócios do pai, após o falecimento do mesmo, cuidou de suas três irmãs até o casamento e somente após “encaminhá-las” cuidou de si.

Em virtude da falência dos negócios da família, atuou como caixeiro, escrivão, professor, rábula. Em nada, se assemelhou à figura construída por Euclydes, as elites e a imprensa com forte atuação dos jacobinos, e preservada por quase meio século.

⁴⁵ “Em Canudos não ficará pedra sobre pedra, para que não mais possa se reproduzir aquela cidadela maldita”, palavras proferidas Presidente Prudente de Moraes durante a partida de um dos contingentes da 4ª Expedição em 1897.

⁴⁶ Euclydes, op cit, p 254

Circunstâncias de vida⁴⁷ fizeram-no errar pelos sertões do Norte, segundo Euclides, “por mais de dez anos”⁴⁸, quando novamente aparece em Pernambuco, construindo açudes, muros de cemitérios e reformando igrejas, conhecendo, aprofundado e tentando dar alento aos problemas dos “desventurados”, pessoas pobres esquecidas pelo Estado, exploradas pelos coronéis e menosprezadas pela Igreja (muito mais preocupada com o poder político, controle dos depósitos de abastecimento, a luxúria e com os assuntos da capital).

Estes desventurados não se resumiam unicamente a uma massa cada vez maior de pobres miseráveis, fanáticos e loucos, como foram descritos pela elite e pelo Governo, a multidão que acompanhava Antonio Conselheiro era bastante heterogênea, vinha de vários estratos sociais e étnicos, podíamos encontrar nela trabalhadores rurais, vaqueiros, pequenos proprietários sem perspectivas, índios puros ou caboclos descendentes dos aldeamentos (Mirandela-Missão Capuchina de Massacarará), negros agora livres, “o povo chegava em Canudos por devoção, curiosidade, moléstia e perseguição da Justiça.”⁴⁹

Tomando por base os apontamentos de Euclides e o Relatório do Frei João Evangelista, 1895, é possível verificar os motivos pelos quais as elites locais começaram a considerar pernicioso o desenvolvimento de uma comunidade sertaneja na qual o controle do “poder” não estava nas mãos dos tradicionais coronéis ou políticos da capital.

O gráfico a seguir aponta o crescimento do séquito do Conselheiro, partindo dos dados iniciais da fazenda de Canudos, passando pelo incidente em Bom Conselho, a missão dos frades capuchinos e terminado com os dados da destruição de Canudos,

Quadro 2 – Evolução populacional de Belo Monte



⁴⁷ Desfazimento do casamento, fracasso comercial e necessidade de sobrevivência.

⁴⁸ Euclides, op cit p 161

⁴⁹ Benício, op cit p 169.

Observações:

- 1890 - "Canudos, velha fazenda de gado à beira do Vaza-Barris, era, em 1890, uma tapera de cerca de cinquenta capuabas de pau-a-pique (Cunha, 2000, p 153)

-1893 - após a destruição das tábuas de impostos em Bom Conselho o grupo rebelde que dirigiu-se a Canudos "... naquela época não excediam duzentos homens"(Cunha, 2000, p 150)

- 1895 - Frei João Evangelista em seu relatório de 1895 afirma "Antonio Conselheiro conta a seu serviço mais de mil companheiros decididos..."considerando que para cada indivíduo havia uma família de cerca de cinco membros, informação corroborada pelo depoimento de Honório Vilanova.

- 1897 - "Caiu o arraial[...] as casas 5.200, cuidadosamente contadas." (Cunha, 2000, p 514).

Da análise do gráfico, é importante destacar o fato de que o crescimento populacional mais vertiginoso se deu durante o período de maior repressão política e militar. O que explicaria tamanha afluência de pessoas para aquele lugar o qual as autoridades baianas e da capital da República consideravam um antro de fanáticos, bandidos e bárbaros?

A resposta talvez possa ser encontrada ou atribuída ao próprio instinto de sobrevivência e na religiosidade do sertanejo. Para Euclides, os pobres sertanejos eram enganados com falsas promessas,

“Os aliciadores da seita se ocupam em persuadir o povo de que todo aquele que se quiser salvar precisa vir para Canudos, porque nos outros lugares tudo está contaminado e perdido pela República. Ali, porém, nem é preciso trabalhar, é a terra da promessa, onde corre um rio de leite e são de cuscuz de milho as barrancas.”⁵⁰

No entanto, a ida de tantas famílias de sertanejos para Canudos poderia estar atrelada a outros significados, a outros valores e a própria busca pela liberdade. Liberdade de poder escolher seu próprio caminho e ser dono de seu próprio destino.

É sabido que as relações sociais e de trabalho no agreste e no sertão eram calcadas no acordo tácito de proteção e subordinação, o qual denominamos “paternalismo”, sabemos também que as obrigações nem sempre eram cumpridas, e que

⁵⁰ Euclides, op cit p 84

a qualquer momento o apadrinhado podia se sentir extorquido, humilhado e abandonado pelo seu padrinho.

Diz o dito popular, “as palavras convencem, o exemplo arrasta”, em Belo Monte não havia “rio de leite” e muito menos “eram de cuscuz de milho as barrancas”. O que provavelmente existia, era uma sociedade sertaneja tradicional, na qual o próprio instinto de sobrevivência, obrigava a uma vida coletiva em prol da comunidade - baseada no comunitarismo - onde prevalecia a fé cristã rústica, voltada para as Escrituras e para os costumes, e não aquela que a Santa Sé queria impor por intermédio do esforço de romanização, empreendido, como já vimos, na segunda metade do século XIX.

“Tróia de taipas”, “urbs de barro”, nada disso, distantes no tempo, hoje temos subsídios suficientes para discordar dos apontamentos de Euclides. De suas próprias anotações,⁵¹ podemos verificar que o escritor e jornalista somente chegou na região do conflito nas semanas finais da 4ª Expedição, realizou várias observações de Canudos à distância, adentrou somente em sua periferia e saiu antes do fim do conflito.

Descrições mais consistentes e menos parciais, podemos encontrar em outras escritas contemporâneas como a de Horcades⁵², médico que partiu para Canudos em 27 de julho de 1897 e lá permaneceu até o fim da guerra, participando inclusive da exumação do “suposto” corpo do Conselheiro.

Segundo o acadêmico, apesar de serem rústicas e precárias, as casas apresentavam certo padrão de construção que de certa forma atendia às necessidades daquela população, e até mesmo “certo cuidado” com a aparência,

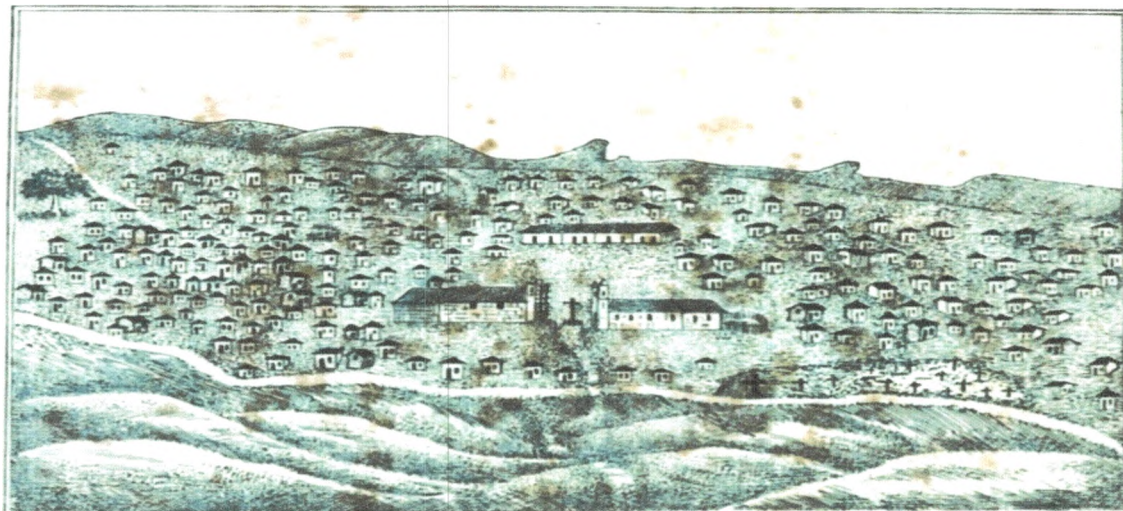
Eram todas as casas construídas muito toscamente, sendo as paredes feitas com paus grossos amarrados sob varinhas e cobertos de barro branco. Os tectos de algumas eram de folhas de icó e palha cobertas de barro, também branco com pedrinhas roliças[...]Havia alguns barracões cobertos de telha [...] No centro de todas estas casas, dispostas quase em circulo, estavam as igrejas nova e velha, sendo a primeira de muito gosto artístico e ambas de grande solidez.[...]Todas as casinhas tinham as entradas para o lado das igrejas.⁵³

⁵¹ ANDRADE, Olímpio De Souza. Org. Caderneta de campo / Euclides da Cunha. Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

⁵² Alvim Martins Horcades, acadêmico de medicina, foi auxiliar médico dos hospitais de sangue e ex-diretor do hospital de variolosos de Canudos na 1ª expedição militar, narrou os fatos no livro *Descrição de uma viagem a Canudos*, publicado no ano de 1899.

⁵³ HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Bahia, 1899. p 177-184

Figura 1 - Comunidade de Belo Monte vista por Alvim Horcades



Vieta de Canudos tirada do alto da Favella
pelo Academico Martins Horcades.

O desenho criado pelo próprio Horcades nos dá uma ideia de como era o povoado de Canudos, antes de sua destruição. O jovem acadêmico também afirma que a cidadela era dividida em duas partes ou bairros, sendo uma habitada pelos mais ricos e outra pelos mais pobres, desconstruindo a tese de que em Canudos existia uma sociedade igualitária, conforme aponta Villa,

Não é o caso de considerar a existência de um suposto socialismo utópico, devido à gratuidade na entrega da terra aos novos moradores...No arraial havia o direito de propriedade sobre a produção familiar, assim como, um fundo comum – organizada com o excedente – A organização econômica tinha como base o comunitarismo, isto é a responsabilidade de cada indivíduo pela manutenção da coletividade.⁵⁴

Em seus apontamentos, o jovem médico levanta alguns aspectos sobre a economia de Canudos, descreve a existência de algumas plantações nas redondezas e pastagens mais férteis para o gado, bem como, grandes currais dentro do povoado.

Sabemos que o rebanho caprino trazido pelos portugueses, encontrou nos sertões o lugar ideal para se desenvolver e constituía importante fonte de renda e sobrevivência para a população. Consultando os relatórios do Governo – disponíveis na

⁵⁴ VILLA, Marco Antonio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.p 65.

Nota-se que ao citar o conceito de “comunitarismo”, Villa pode estar se referindo ao conceito de modo de produção primitivo (comunismo primitivo), relacionando-o ao costume até hoje presente nas comunidades sertanejas, no qual a população se reúne para realizar tarefas que, individualmente, se tornariam muito desgastantes, tais como, a preparação do roçado para plantio, a marcação de gados, a colheita, dentre outras.

hemeroteca digital da Biblioteca Nacional - referentes ao período pesquisado (1870-1897), podemos constatar fortes referências à atividade de pecuária do sertão baiano, os relatórios apontam também que o couro seco era um dos principais arrecadadores de impostos de exportação⁵⁵ no período, perdendo somente para o açúcar, tabaco e o ouro.

A dificuldade ou até mesmo a impossibilidade de recolhimento do referido tributo, principalmente após o incidente em Bom Conselho⁵⁶, pode ser vista como um dos motivos da mudança de percepção das elites em relação a Canudos. Conforme aponta Villa, uma das primeiras autoridades a denunciar Canudos como ameaça à ordem pública foi o senhor João Cordeiro de Andrade, intendente da Comarca de Monte Santo - na qual Belo Monte estava ligada - que em 1894, em seu relatório de prestação de contas relata os problemas em relação à arrecadação de tributos na região de sua responsabilidade.

2.3 A voz dos excluídos

Outra forma de entendermos Canudos é analisando o relato de alguns moradores de Canudos que sobreviveram o conflito. Na década de 1940, por ocasião do cinquentenário da fatídica guerra, a revista *O Cruzeiro*⁵⁷ apresentou uma reportagem de Odorico Tavares e Pierre Verger, os quais entrevistam alguns remanescentes do conflito.

“O bom Jesus [Antonio Conselheiro] foi um santo homem que somente aconselhava para o bem [...] nunca fez mal a ninguém.” Com a imagem de uma pessoa cansada, de olhar profundo, sentindo no corpo as agruras do tempo e do desinteresse das autoridades, assim a idosa Maria Avelina da Silva, de forma tímida e reservada, resgata em suas memórias a imagem do Conselheiro.

Esta aura de tranquilidade e ternura em relação à figura de Antonio Maciel é o fio condutor que une os relatos dos demais entrevistados. Como os outros, a velha senhora não demonstra rancor do ocorrido, apenas, não consegue conceber como e o porquê de tanta destruição e fúria. todos relatam que até o início dos conflitos a vida na comunidade não diferia da vivida em outras localidades.

⁵⁵ Idem. p 85, segundo Villa o imposto de exportação deve ser entendido como o tributo cobrado sobre a venda de produtos da economia local para outros municípios, ao invés daquele cobrado pelo governo estadual sobre as mercadorias vendidas para o mercado externo.

⁵⁶ Euclides, op cit p 150

⁵⁷ Revista *O Cruzeiro* nº 39, jul/1947, P 23-67.

Francisca Guilhermina dos Santos, outra sobrevivente, nos dá dicas de como os moradores de Canudos se armaram,

... a princípio as armas eram uns brinquedos coisas arranjadas aqui mesmo, trazidas pelos que desciam para Canudos, mas depois com as lutas, a coisa melhorava.[...] Com a perda de Moreira Cesar foi um festão, os jagunços apanhavam armas e munições como quem apanhava pedras pelo caminho.⁵⁸

Mais uma vez podemos inferir que em Canudos não se planejava um levante monarquista, nem tão pouco, aquela população havia sido armada pelos monarquistas da capital do Estado ou de outras partes da Federação. Pelo contrário, foram as derrotas das tropas oficiais que forneceram o armamento utilizado pelos jagunços na fase mais aguda do combate.

O Coronel Moreira César - Comandante da 3ª Expedição - o famoso “Corta-cabeças” também foi assunto dos depoimentos, ainda segundo Francisca Guilhermina, por ocasião da morte do coronel todos ficaram estupefatos, ninguém podia acreditar que aquele “homenzinho baixo, moreno, sem jeito e de cabelo miudinho” seria sinônimo de tanto medo e desgraça. Após ser morto por homens de Pajeú, seu corpo permanecera no local de combate durante três dias e três noites, até ser queimado pelos jagunços.

Outros preferem o esquecimento, a senhora Idalina da Conceição ao ser interpelada responde, “quero lá saber daqueles tempos! A vida é tão dura moço! Pra que lembrar? Na mesma linha, em breves palavras, o senhor José Ciriaco responde, “o que os outros disseram está bem dito - estavam aqui como eu também”. Muitas vezes o silêncio fala mais que muitas palavras. Desses pequenos depoimentos podemos inferir que para alguns, os acontecimentos foram tão traumáticos que não podem ser lembrados, pois mexeriam em feridas “cicatrizadas”, que precisam ser esquecidos.

Este esquecimento voluntário pode ser encarado como um procedimento de autodefesa, uma opção individual observada em várias populações que passaram por experiências traumáticas. Para que lembrar o que não se explica? E muito menos, o que não se justifica!

Belo Monte era uma comunidade sertaneja que não diferia das demais comunidades circunvizinhas. Diferentemente daquilo que fora apresentado pelas autoridades, aquela comunidade não era o refúgio de vagabundos e destino de bandidos

⁵⁸ Revista o Cruzeiro n° 39, jul/1947,p 60

e foragidos da Justiça, o próprio Governador do Estado da Bahia em sua mensagem, datada de 15 de março de 1897, encaminhada ao presidente da República⁵⁹, afirma que não encarava o povoado de Canudos como grave à República, priorizando a atuação em outros episódios, os quais considerava mais imediatos, aponta também que a rebeldia poderia cessar com a morte do Conselheiro.

Partindo do princípio de que a autoridade máxima do Estado da Bahia não considerava a comunidade de Belo Monte como ameaça potencial à ordem pública e às instituições republicanas, cabe-nos problematizar como um arraial “abandonado” e perdido nos sertões do Norte do país, foi envolvido nas tramas políticas da nação e exigiu que o Exército, no papel garantidor da República e cumprindo ordens de seu Comandante em Chefe, procedesse o extermínio da população da provável 2ª maior cidade da Bahia.

Neste processo de “desconstrução” de Antonio Conselheiro e seu séquito, fundamental foi o papel assumido pela imprensa escrita. Por intermédio dela, inicialmente, a elite local e posteriormente, os setores jacobinos do Partido Republicano em briga com a ala mais moderada - representada pelo então Presidente da República, o paulista Prudente de Moraes - inseriu Canudos na sucessão presidencial como forma de desprestigiar o então presidente, considerado por muitos, como fraco por não dar prosseguimento à política de seu antecessor, o “Marechal de Ferro”, Floriano Peixoto.

E é esta trama política que analisaremos no próximo capítulo.

⁵⁹ a íntegra do documento foi acessada na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, por intermédio do link < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=872989&pasta=ano%20189&pesq=antonio%20conselheiro> >

Capítulo 3

O processo de desconstrução de Antonio Conselheiro e seu séquito, e a destruição da comunidade

3.1 Antonio Conselheiro vira manchete nos jornais

No final do século XIX, os modernos meios de comunicação (transmissões via rádio, sinais de televisão, fax, internet), ainda não haviam sido inventados. Entretanto, a transmissão de mensagens por meio telegráfico foi uma grande inovação tecnológica do período. Além de facilitar a comunicação a longas distâncias, a transmissão telegráfica possibilitou a redução do lapso temporal existente entre o acontecimento e a divulgação para o público em geral.

O telégrafo possibilitou que a Guerra de Canudos fosse divulgada quase em tempo real para a imprensa das capitais do sul do país e algumas cidades do mundo. Cabe salientar, que imprensa escrita constituía importante vetor no que se refere à formação da opinião pública, e foi este o papel desempenhado pela imprensa local e da capital do país na desconstrução da imagem de Antonio Vicente e seu séquito, principalmente nas fases mais agudas do conflito.

Porém, já na década de 1870, Antonio Conselheiro já era considerado, pela elite local, com um monomaniaco e perturbador da ordem pública, e a imprensa escrita foi escolhida para denunciar tal “ameaça”,

O nome dos bemfeitores da humanidade é esquecido e conservado fatalmente a memoria d'os que aflagellarão, se não ignorarmos o nome d'os que descobrirão e popularisarão os venenos mais subteis, nem a vida dos que inventarão as armas mais mortíferas em compensação não sabemos o d'aqueles que creando um instrumento ou esboçando uma idéa abrirão à intelligencia humana o campo incommensuravel do trabalho, ou que encaminharão por suas maneiras prejudiciaes à um profundo abysmo, o pobre povo inexperiente. Aquele que por suas acções apparentemente de verdadeira philanthropia procura fazer-se saliente por meio de um regime qualquer, não lhe importando ser ou não contrario aos nossos principios religiosos; que, com a infamo capa da hypocrisia abusando do espirito pacifico dos encarregados do poder; ainda mais da simplicidade ou para melhor diser da tanchesa de espirito da plebe toma-se inacessivel, cêdo ou tarde será aferrolhado pelo dedo da justiça, e d'então cahirá em complecta degradação. Abons seis meses que por todo o centro desta e da Provincia da Bahia, chegado, (diz elle,) da do Ceará infesta um aventureiro santarrão que se apellida por Antonio dos Mares: o que, avista dos apparentes e mentirosos milagres que disem ter elle feito, tem dado lugar a que o povo o trate por S. Antonio dos Mares. Esse mysterioso personagem, trajando uma enorme camisa azul que lhe serve de habito a forma do de sacerdote, pessimamente

suja, cabellos mui espessos e sebósos entre os quaes se vê claramente uma espantosa multidão de bixos (piôlhos). Distingue-se elle pelo ar mysterioso, olhos baços, téz desbotada e de pés nus; o que tudo concorre para o tornar a figura mais degradante do mundo. Anda no character de missionario, pregoando e ensinando a doutrina de Jesus Christo, diz. Suas predicas consistem na prohibição dos chales de merinó, botinas, pñtes; e não comer se carne e cousas dōces nas sextas e sabados. Tem levantado latadas em diversos lugares e por onze dias arrastado o povo a seos concelhos sendo tudo bem semelhante a uma missão de cujas ordens se acha revestido. O fanatismo do povo tem subido a ponto tal que affirmão muitos ser o próprio Jesus Christo e disem mais, que fora dos conselhos de tal santo não haverá sertamente salvação; beijão-lhe a veste sebosa com a mais fervente adoração! Algumas pessoas de juiso são accordes que esse homem commeteo um grande crime, o procura espial-o ou encobril-o por esta forma: não aceita esmolos, e a sua allimentação é a mais resumida e simples possivel. É incalculavel os prejuisos que teem soffrido os pobres pais de familia; pois vêem todo o fructo de suas fadigas tornando em cinzas logo apoz ás predicas do misterioso saltimbanco. Pessoas há que não deixarão se quer um uniforme completo; e se conservarão ainda algumas pessoas he por não quererem ou não poderem ficarem totalmente nús. Pedimos providencias a respeito: seja esse homem capturado e levado a presença do Governo Imperial , a fim de prevenir os males que ainda não forão postos em prática pela auctoridade da palavra do Fr. S. Antonio dos Mares moderno. Dizem que elle não teme a nada, e que estará a frente de suas ovelhas. Que audácia! O povo fanático sustenta que n'elle não tocarão; Já tendo se dado casos de pegarem em armas para defendel-o. Para qualquer lugar que elle se encaminha segue-o o povo em tropel, e em número fabuloso: Acha-se agora em Rainha dos Anjos, da Província da Bahia, erigindo um Templo⁶⁰.

Em carta ao jornal da Bahia, Cícero Dantas Martins (1838-1903), o Barão de Jeremoabo aponta que,

“o trabalho nas fazendas estava desorganizado porque a maioria das famílias estava sempre pronta para seguir o Conselheiro, muitos pequenos proprietários também vendiam seus bens e deslocavam-se para Canudos”⁶¹

Conforme dito no capítulo anterior, durante o seu período de peregrinação (1874-1893), Antonio Conselheiro teria se dedicado ao cristianismo popular, não clerical e institucional, baseado nas escrituras, bem como, a reformar igrejas e cemitérios e a realizar prédicas, sem pedir nada em troca, a não ser, o necessário para a sobrevivência.

⁶⁰ Rabudo, Estância/Sergipe, nº 7, 22 nov. 1874, p. 1[Aracaju, Biblioteca Pública Epiphaneo Dorea. Pacotilha nº42]. Apud SANTOS, Jadilson Pimentel dos. *O legado artístico-visual concebido em torno de Antônio Conselheiro e publicado em jornais da última metade do século XIX*. Revista 19&20, Rio de Janeiro, v.VII, n.3, jul./set.2012. Disponível em: www.dezenovevinte.net/obras/antonio_conselheiro.htm

⁶¹ Carta do Barão de Jeremoabo, publicada no Jornal da Bahia, 4 de março de 1897, Apud ATAIDE, Yara Dulce Bandeira de. *As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro*. Revista USP, nº 20, 1994

3.2 As elites debatem Canudos

Esta postura embora agradasse e levasse alento às pessoas menos favorecidas, passou a ser vista com outros olhos pelas elites civis [preocupadas com a perda da mão de obra barata] e eclesiásticas [que temiam perder a influência sobre as almas], a ponto de, a 19 de maio de 1894, suscitar, a pedido do deputado Antonio Bahia, intenso debate na Câmara dos Deputados do Estado Federado da Bahia⁶².

Na ocasião, o referido deputado apresentou um requerimento em nome “de populações aterradas e oprimidas pelo terror”, o qual deveria ser encaminhado ao Governador da Bahia, no sentido de pôr termo à ameaça que Antonio Conselheiro representava para a população.

Episódios como o de Bom Conselho (1893) no qual contrariado contra a cobrança de impostos, teria o Conselheiro incitado a população ao não pagamento deles, além de queimar um edital de cobranças. Seguindo aquela atitude, várias comunidades se recusavam ao pagamento, conforme reclama⁶³, em 1894, ao Conselho Municipal, o senhor João Cordeiro de Andrade, Intendente da comarca de Monte Santo.

Levantou-se também a relação com a Igreja, desde os pedidos de ajuda realizados por alguns sacerdotes até a circular, datada de 16 de fevereiro de 1892, do Arcebispo da Bahia, d. Luís Antonio dos Santos, no sentido de proibir o Conselheiro de realizar suas prédicas.

No entanto, alguns deputados, dentre eles José Justino, alegou não passar de exageros descabidos as acusações lançadas sobre o pregador. Afirmando que “as freguesias do interior não são como as da capital, faltam sacerdotes e os poucos que existem não conseguem dar assistência a todos os fiéis, por isso contam com pregadores leigos”.

Fez transparecer, que os poucos que reclamam, reclamam por medo de perderem seus fiéis para um cidadão que diferentemente deles, está sempre pronto para dar alento aos mal-aventurados.

⁶² a íntegra do debate acessada na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, disponível no endereço <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=236586&PagFis=270&Pesq=antonio%20conselheiro>>

⁶³ Villa, op cit p 28, faz uma análise do relatório do intendente de Monte Santo.

Neste debate, pela primeira vez a questão “anti-republicana” e “restauradora”, veio a debate público, o Sr Antonio Bahia, argumentou que Conselheiro era inimigo da República, e pregava contra o novo regime. Mais uma vez, vozes se levantaram contra as acusações, afirmando que já na década anterior, ainda na Monarquia, havia registros de que Conselheiro participou de motins contra o novo sistema métrico.

Questões políticas foram levantadas quando se estimou a população de Belo Monte. Na ocasião, novamente acusaram Antonio Maciel de ser político e monarquista, outros deputados apontaram para o não cabimento da acusação, levando em conta a grande aceitação e votação obtida por Rui Barbosa⁶⁴ naquele distrito por ocasião das últimas eleições.

A possibilidade do envolvimento político de Antonio Conselheiro foi sugerida por outros historiadores contemporâneos, Queiroz aponta que, “ porque seu prestígio era ímpar num vasto território, passou a ter muita importância aos olhos dos coronéis do sertão, pois lhes eram obedientes os eleitores locais”⁶⁵

Hoornert, também aponta,

E há mais dois grupos oligárquicos, os vianistas ou adeptos do governador Luís Viana e os gonçalistas ou seguidores do ex-governador José Gonçalves, que possui uma fazenda na região do conflito e criara aí um reduto eleitoral, estão se degladiando. É essa luta entre mandarins locais que provoca a tardia reação do governo federal”⁶⁶

Segundo Nogueira,

O motivo não confessado, mas verdadeiro, parece ter sido este: Conselheiro, cuja influência mais de uma vez recorreram os Srs. José Gonçalves, Rodrigues Lima e Luís Viana por ocasiões de eleições, recusou-se uma vez a atender ao último, e daí veio a guerra⁶⁷

Referências às possíveis relações políticas de Antonio Conselheiro também são encontradas no romance *A guerra do fim do mundo* (1975), de Mario Vargas Llosa, o

⁶⁴ Declaradamente republicano, assumiu o cargo de Ministro da Fazenda e interino da Justiça no governo provisório (1891), afastando posteriormente por discordar dos rumos da Administração.

⁶⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: DOMINUS, 1965, p 209.

⁶⁶ HOORNAERT, Eduardo. *Os Anjos de Canudos*. Petrópolis: Vozes, 1997.p 66

⁶⁷ Relatório do Comitê Patriótico, publicado no Editorial do Jornal Comércio de São Paulo, 22 Dez 1897, apud GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos Jornais*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1994. p 496-510

fato é que há poucas evidências concretas, tendo em vista que na referida sessão não houve, por parte dos senhores deputados, nenhuma defesa contundente do povo de Canudos⁶⁸. Pelo contrário, o deputado Laurindo Regis foi firme ao afirmar que o “melhor é mandar um exercito espingardear!”

Finalmente, o bom senso parece ter se sobressaído. O deputado José Justino afirma que o que mantinha o povo fiel a Conselheiro era a fé cristã, e sendo a religião o motivo que levou tanta gente a reunir-se a Antonio Conselheiro, era necessário encarar a religião como um meio mais apropriado de dispersar aquela gente.

Neste sentido, sugere propor ao Sr Rodrigues Lima, Governador do Estado, que intervenha mandando religiosos de outras freguesias – os locais já não tinham influências sobre os fiéis - para tentar convencer a população canudense a abandonar aquelas práticas consideradas inadequadas, a força bruta, ou seja, a violência, só deveria ser usada após o fracasso de todas as tentativas pacíficas.

3.3 O começo do fim

Embora não tenha encontrado registros de debates envolvendo esta questão nos anais da Câmara dos Deputados do Estado Federado da Bahia, durante o restante do ano de 1894, a proposta do Sr. José Justino de assessorar o governador do Estado no sentido de pedir apoio da igreja, parece ter surtido efeito.

Em 7 de julho de 1895, o semanário *Leitura Religiosa*, publica o texto “ *Da expartição do shisma do Oriente – Antônio Conselheiro*”⁶⁹, no qual transcreve o relatório entregue ao Governador do Estado pelos missionários capuchinos Frei João Evangelista do Monte Marciano e Frei Caetano de S. Léo, incumbidos de abrir “ uma santa missão, e aconselhar o povo [da comunidade de Belo Monte] **a dispersar-se e a voltar aos lares e ao trabalho, no interesse de cada um e para o bem geral**” (grifo nosso).

⁶⁸ É interessante analisar a questão da falta de representação política de Conselheiro, até que ponto Monte Santo e seus habitantes, seriam tratados daquela maneira, caso houvesse políticos para defendê-los? Por analogia podemos considerar a questão contemporânea de Padre Cícero, em Juazeiro.

⁶⁹ A íntegra do documento pode ser encontrada na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/docread er.a spx?bib=2 39488&pasta=ano%20189&pesq= antonio %20conselheiro>>

A leitura do relatório nos apresenta importantes informes sobre a comunidade, dentre eles as que se refere à produção de subsistência, “...descobre-se uma vasta planície muito fértil, regada pelo rio na baixa de um monte...”, à visita de religiosos católicos à comunidade, “Alojamo-nos numa casa de propriedade do rvm. Vigário do Cumbe, que nos acompanhava...”, e principalmente sobre as práticas religiosas do beato,

Quanto a deveres e práticas religiosas, Antonio Conselheiro não se arroga nenhuma função sacerdotal [...] e as cerimoniais de culto a que proside, e que se repetem mais a muide entre os seus, são mescladas de signaos de suspeição e idolatria, como é, por exemplo, o chamado Beijo das imagens [...] Antonio Conselheiro costuma reunir em certos dias o seu povo, para dar-lhes conselhos...

No entanto, considerações mais críticas e que possivelmente influenciaram na decisão das autoridades em enviar força bruta, contra aquilo que se apresentava como ameaça à igreja católica e às instituições republicanas, aparecem diluídas em todo o relatório, praticamente obrigando a ação dura das autoridades,

...em vários pontos da praça apinharam-se perto de mil homens armados de bacamarte, garrucha, facão, etc, dando aos Canudos a semelhança de uma praça d'armas ou melhor d'm acampamento de beduínos (p 15).[...] A seita político-religiosa, estabelecida e intricheirada em Canudos, não é só um foco de superstição e fantismo, e um pequeno shisma da egreja bahiana, é principalmente um núcleo na apparencia desprezível, mas um perigo funesto de ousada resissitência ao governo constituído no paiz. Encarados o arrojo das pretenções e a sobrania dos factos, pode-se dizer que é aquilo um estado no Estado; ali não são acceitas as leis, não são reconhecidas as autoridades, não é admitido á circulação o próprio dinheiro da Republica (p 19)

De forma precipitada, não podemos afirmar que o relatório dos frades capuchinos foi suficiente para convencer o governador do Estado a mandar forças policiais para dispersar a comunidade de Belo Monte, porém é possível inferir, que foi o bastante para silenciar, pelo menos no momento da decisão, os que almejavam uma saída pacífica para o impasse.

A ação enérgica do Estado parecia inevitável, faltando apenas um motivo mais contundente. A maioria dos pesquisadores aponta que o estopim do conflito, seria não um, mas dois documentos emitidos via telegrama - datados de 29 de outubro de 1896 e 4 de novembro do mesmo ano - nos quais o senhor Arlindo Leoni, juiz de direito de

Juazeiro, reporta ao governador requisitando “enérgicas providências⁷⁰” para evitar uma possível invasão dos canudenses à cidade de Juazeiro, motivada pela não entrega de madeiras para a nova igreja em construção.

Relutante, de início, o novo governador da Bahia, senhor Luís Viana, autoriza o envio de uma força policial a comando do tenente Pires Ferreira, que, na madrugada de 21 de novembro daquele ano [por motivos que ainda precisam ser esclarecidos] entra em combate pela primeira vez com o séquito do Conselheiro. O tenente Pires Ferreira não obteve êxito. Como aponta a historiografia, entre os anos de 1896-97, foram necessárias outras três expedições militares⁷¹ até a destruição completa do arraial, ocorrida em 5 de outubro de 1897.

Não questionando os motivos que estes historiadores assinalam como deflagradores do conflito, é necessário destacar, que o próprio governador não via motivos para o prosseguimento das hostilidades, conforme afirma em mensagem enviada ao Presidente da República,⁷² após o término do conflito.

No entanto, podemos questionar se as questões envolvendo o arraial de Belo Monte, por interesse da elite local e da capital da República, foram introjetadas na briga política que se travava dentro do Partido Republicano, tanto a nível estadual quanto nacional.

A despeito do protagonismo econômico e político que, em fins do século XIX, estados do sul do país [principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais] assumiram no cenário nacional, o estado da Bahia, sempre forneceu quadros para a alta administração do país, tanto no período imperial quanto nos anos iniciais da República.

Aponta Villa, que “de 1880 a 1888, apesar da alternância dos gabinetes [Liberal e Conservador], a maioria dos primeiros-ministros ministros foi de baianos”⁷³. Proclamada a república, mesmo sem identificação clara com o regime republicano, a elite baiana tratou logo de se alinhar às diretrizes nacionais.

⁷⁰ Ver Ataliba op cit p 30; Benício op cit p 175; e Villa op cit p 139-142.

⁷¹ Não é objeto deste estudo esmiuçar com detalhes as quatro expedições militares ao povoado de Belo Monte, outros pesquisadores, inclusive Euclides, já as detalharam com requinte de detalhes.

⁷² Referência a documento citado na página 31.

⁷³ Villa, op cit p 109

Qualquer um que defendesse o antigo regime era acusado de conspirador, restaurador e sebastianista.⁷⁴ A República trouxe com ela uma série de transformações [alteração dos cargos políticos, mudança na legislação tributária, “laicidade” do Estado, dentre outras] perfeitamente aceitáveis e desejadas por parte da elite.

No entanto, a população mais pobre e esquecida do interior que só sentia a presença do Estado em momentos de extorsão, cobrança de impostos e eleições, mantinha-se alheia às grandes mudanças nacionais, fiel à fé cristã, dentre outras coisas, não via com bons olhos a separação entre Estado e Igreja.

Não à toa, podemos observar que foi relativamente fácil enquadrar Antonio Conselheiro e seu séquito, como inimigos do Estado, sebastianistas e perigosos agentes restauradores, além de grave ameaça às instituições republicanas. Surgia argumentos para o ataque à comunidade.

Alia-se a isto o contexto baiano, de acordo com Villa (1995), a inexistência de um setor econômico dinâmico que se destacasse dos demais, e que fosse capaz de criar uma elite unida em prol de interesses comuns - como ocorria nos estados do sul - na Bahia as oligarquias locais defendiam interesses múltiplos e cada eleição era a oportunidade de se conseguir a hegemonia e conquistar o poder.

Esse embate aconteceu nas eleições para o Senado ocorridas no ano de 1893, ocasião em que Virgílio Damásio apoiado por Luís Viana saiu-se vencedor da disputa com José Gonçalves, apoiado pelo Barão de Geremoabo, dono das terras na qual se situava a fazenda de Canudos.

No ano seguinte, Manoel Vitorino, apadrinhado político do Barão de Geremoabo, é eleito Vice-presidente da República na chapa encabeçada pelo paulista Prudente de Moraes e escolhida pelo Partido Republicano Federal para a sucessão do Marechal Floriano Peixoto.

⁷⁴ Interpretado de forma equivocada no Brasil, o sebastianismo foi um movimento de origem portuguesa, que profetizava o retorno do Rei D. Sebastião I, de Portugal, que desapareceu na Batalha de Alcácer-Quibir (1578). O mito chegou ao Brasil assumindo várias configurações sendo incorporado no misticismo de populações do interior do país, muitas vezes de forma dispersa como em Minas, ou como prática grupal e trágica, como em Pedra Bonita (Pernambuco 1838). No início da República o termo “sebastianista” se tornou uma forma pejorativa de denominar aqueles que defendiam a monarquia. Para saber mais sobre o assunto ler ANDRADE, Joel Carlos de Souza. *Em demanda do sebastianismo em Portugal e no Brasil: um estudo comparativo (séculos XIX/XX)*. Coimbra:UC,2014.

Floriano deixava o governo extremamente fortalecido por haver vencido com “mãos de ferro” as Revoltas da Armada e Federalista, entendidas como revoltas que visavam restaurar a monarquia. Uma ala do partido Republicano [os jacobinos] defendia que o Marechal de Ferro não deveria entregar o poder para Prudente de Moraes - consideravam que a vitória não estava solidificada - o advogado paulista era considerado “fraco” e inapropriado para assumir o país em um momento de grande “ameaça”.

Apesar de rumores de golpes no sentido de não entregar o cargo ao presidente eleito, Floriano deixou o cargo em 15 de novembro de 1894, assumindo em seu lugar Prudente de Moraes, primeiro presidente civil da era republicana. Do momento de sua posse até a tentativa de assassinato ocorrida no final do mandato, enfrentou forte oposição dos jacobinos.

Na Bahia, utilizando-se de uma manobra regimental e contando com o controle da Assembleia, Luís Viana se elegeu Governador, no ano de 1896, nesta ocasião, tanto o Governador do Estado, quanto os quatro senadores baianos se apresentavam como oposição ao governo Central.

Não foi somente no meio político que Prudente de Moraes encontrou oposição. Suely Robles(1986) aponta que orientação política do novo presidente, no sentido de pacificar o país, desmontar a estrutura da fase revolucionária e consolidar o poder civil sobre o militar, causou grande insatisfação no Exército.

O novo governo procurou, ao longo de seu mandato, implementar uma lenta reestruturação do poder, desalojando os militares dos cargos civis que ocupavam, transferindo outros para guarnições diversas e vetando, por força de lei, o aumento dos efetivos.

Prudente adotou outras medidas controversas, como por exemplo o reatamento das relações diplomáticas com Portugal [rompidas deste o fim da Revolta da Armada em 1893], a anistia aos rebeldes federalistas e da Armada, além de uma série de concessões e compensações⁷⁵ a nações estrangeiras como a França, Inglaterra e Itália.

Descontentes com a forte desmilitarização empreendida pelo presidente, e por adotar uma política externa e interna mais pacifista (em comparação a Floriano), alguns

⁷⁵ Ver, QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. Brasiliense: São Paulo, 1986.

setores militares se aliam à ala mais radical do Partido Republicano e começam a planejar ações para enfraquecer e derrubar o governo eleito.

As principais armas utilizadas pelos que se opunham a Prudente de Moraes eram os discursos no parlamento, os protestos nas ruas centrais da capital federal, os meetings que os sucediam e principalmente os jornais⁷⁶, que a cada dia denunciavam a fraqueza política e pessoal do presidente, e incitavam o povo ao protesto pedindo a queda do eleito.

Em novembro 1896, desgastado e muito doente, Prudente de Moraes se licencia do cargo, assume em seu lugar o substituto constitucional, o senador baiano Manoel Vitorino. Ciente das críticas ao presidente licenciado, procura aproximar-se da oposição, Suely Queiroz aponta destaca que,

O presidente em exercício comporta-se como se estivesse definitivamente no poder; reorganiza ministério, inclusive as pastas militares, toma medidas de importância no campo financeiro com vistas à valorização da depreciada moeda nacional, faz inúmeras nomeações que, segundo alguns, beneficiam somente os amigos do marechal Floriano. Até mesmo a residência oficial seria transferida do Itamaraty para o palácio do Catete.⁷⁷

Além disso, surge no horizonte uma possibilidade real de desmoralizar Prudente de Moraes perante a opinião pública nacional, bem como, reacender velhas disputas no âmbito regional. Trata-se da questão de Canudos, a comunidade de Belo Monte foi fundada a partir da antiga fazenda de Canudos, localizada em terras do Barão de Geremoabo, correligionário político de Manuel Vitorino.

Tradada pelo governador Luís Viana [opositor político de Vitorino] como questão secundária e de resolução local, após duas fracassadas expedições comandadas por forças locais, e a derrota da expedição comandada pelo Coronel Moreira César, que culminou com a morte de seu comandante, Canudos entrou na primeira pauta dos assuntos nacionais.

Os jornais dos estados do sul que, pouco ou praticamente não prestavam atenção nos assuntos do sertão da Bahia direcionaram seu foco para a grande desgraça nacional, a morte de Antônio Moreira César, herói da Revolução Federalista, nacionalista de primeira linha e fiel defensor da república.

⁷⁶ Dentre estes destacamos “A Bomba”, “O Jacobino”, “O Nacional”

⁷⁷ Suely Queiroz, op cit p.42-43

Por intermédio da imprensa, dos meetings e dos discursos parlamentares, os jacobinos logo associaram Antonio Conselheiro e os canudenses a um possível movimento restaurador monárquico, tramado planejado e financiado, por pessoas espalhadas por todo o país, simpatizantes da monarquia e até mesmo grupos estrangeiros.

Fruto desta grande mobilização dos jacobinos, jornais monarquistas no Rio de Janeiro e São Paulo foram atacados e empastelados, no Rio, o coronel Gentil de Castro, dono dos jornais Liberdade e Gazeta da Tarde, foi esfaqueado e morto ao tentar fugir para Petrópolis.

Em São Paulo, O jornal *O Estado de São Paulo* passa a divulgar uma série de reportagens denunciando a ameaça que Antonio Conselheiro e seu séquito representam para a República. Destaca-se as duas reportagens de Euclides, que compara o movimento de Canudos à revolta de Vendéia na França pós revolução.

Graças aos cabos submarinos, a questão de Canudos ganha dimensões internacionais⁷⁸, no âmbito nacional, o telégrafo permitiu que, mesmo censuradas pelo alto comando militar, as notícias sobre a forte resistência dos canudenses e as dificuldades do combate estampassem as capas dos principais jornais do país.

Em virtude da relativa liberdade de imprensa, notícias diversas eram publicadas, muitas vezes sem que fossem verificadas suas autenticidades ou veracidade, notícias como, “a apreensão de carregamento de armas com destino a Canudos”, ou a remessa de recursos financeiros estrangeiros para ajudar os canudenses. Por intermédio da imprensa⁷⁹, forma-se na opinião pública nacional o entendimento de que Canudos precisava ser destruída em nome da preservação da República.

Em meio a este cenário tumultuado, Prudente de Moraes reassume a presidência. No entanto, apesar de sua postura pacifista, conforme aponta César Zama,

O governo da União não se deu ao trabalho de inquirir de cousa alguma, esquecendo até o que devia à humanidade e às luzes do século.
O Sr. Prudente de Moraes, não obstante a desinteligência, em que se achava com o vice-presidente, encampou *in totum* a política deste para a Bahia e

⁷⁸ Para observar a repercussão internacional da guerra de Canudos, ver ZILLY, Berthold. *Canudos Telegrafado*. In Revista IHGB. Rio de Janeiro, 160 (405):785-812, out/dez.1999

⁷⁹ Uma ampla análise do papel da imprensa, em relação a Canudos, durante o ano de 1897 pode ser vista em GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos Jornais*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1994

tornou-se co-réu do monstruoso atentado, que a posteridade registrará como mais negro borrão da nossa história.⁸⁰

Organizou-se a quarta expedição, que além de contar com duas brigadas do Exército contou com a participação de Corpos de Polícia dos estados do Pará, Minas e São Paulo, além da presença do próprio Ministro da Guerra, Marechal Bittencourt, que a 3 agosto de 1897, acompanhado de um reforço de 2.500 soldados, se deslocou para a Bahia com a intenção de organizar a logística da tropa, até então deficiente.

Após tanta concentração de esforços, a 5 de outubro de 1897, sob a força de dinamite e querosene era destruída a última resistência do povoado, no dia seguinte o comando da Força divulga a ordem do dia,

Cidadella de Canudos

Viva o exercito brasileiro! Hosannas á Republica!

Canudos, o reducto do banditismo foragido, que o fanatismo supersticioso imaginára inexpugnável, já não é mais um ponto nero nos horizontes da Patria, sinistra ameaça á tranquillidade publica.

Canudos, valhacouto do crime, o recptaculo da vadiagem, perseguido pela acção vingadora da justiça, o asylo da credence está em nosso poder.

Se grande e pertinaz foi a resisenicaoppsta pelos famigerados defensores do obscurantismo retrogrado e transviado, maior foi a temeridade das hostes invenciveis do nosso exercito, atacando.

Sobre a ruínas desse ajuntamento de fanaticos malditos, sobre os escombros desse povoado destruido, tremula hooje a bandeira auri-verde da Republica, iluminada pelas estrelas cintilantes da liberdade triumphante!

Não podia ser maior a nossa victoria nessa santa cruzada da fé contra o fantismo, da civilização contra o obscurantismo, da liberdade contra a escravidão, da democracia contra o sebastianismo; infelizmente, porém, empan o brilho das nossas armas a morte de companheiros dedicados, de valentes camaradas que succumbiram na peleja, feridos pelas armas homicidas de irmãos arrenegados.

Meus camaradas, o exercitobrazileiro mais uma vez cumpriu o seu dever.

Saudando aos heroes que sobreviveram, honrando a farda que vestem e a Republica que servem, de joelhos abençamos a memoria saudosa dos feridos companheiros que, voltados ao sublime sacrificio do dever, com o coração a transbordar de patriotismo, no campo de acção cahiram vencidos pela morte, ligando ás gerações futuras nobre e edificante exemplo de ardor civico e de acentrado amor ás instituições republicanas.

Meus camaradas, a cidadella de Canudos, já está sob o domínio da lei.⁸¹

A insensatez viu-se vitoriosa, a última ameaça à República fora destruída, cumpriu-se a ordem do Comandante em Chefe, "em Canudos não ficará pedra sobre pedra, para que não mais possa se reproduzir aquela cidadela maldita".

⁸⁰ ZAMA, Cesar. *Libello republicano acompanhado de commentarios sobre a Campanha de Canudos*, set. 1899. Disponível em < <http://www.historia-bahia.com/cesar-zama.htm> > Acesso em 21 set 19.

⁸¹ Coletânea Ordens do Dia - Ordem do Dia nº 884/ Ministro da Guerra, de 6 de outubro de 1897 – mantida a grafia original

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de aplacar as inquietações apontadas na parte introdutória, este estudo perseguiu os rastros e os vestígios que poderiam indicar a quem, realmente, Antonio Conselheiro e os canudenses representavam ameaças, se, às instituições republicanas, ou, às relações de poder existentes à época.

Neste sentido, para alcançar os objetivos propostos, considerei fundamental analisar o cenário social, econômico e político nacional, no recorte temporal escolhido (1870-1897), além de interpretá-lo no recorte geográfico do conflito, ou seja, os sertões do norte, mais especificamente, o baiano.

Para problematizar as relações de poder no sertão baiano, tornou-se imprescindível estudar o fenômeno da seca, bem como, suas consequências diretas como a fome, doenças, migrações, destruição das frágeis bases de subsistência, aumento da violência e da religiosidade, dentre outros.

Levando em consideração suas visões de mundo e lugares de fala, na sequência dos trabalhos procurei analisar e problematizar dois personagens dos acontecimentos, Euclides da Cunha, responsável pela construção de uma memória do conflito, a qual, por quase 50 anos, foi considerada a oficial, e Antonio Conselheiro, figura central da tragédia.

Euclides, influenciado por teorias e pensamentos do Velho Mundo, defendia o inexorável avanço do processo civilizatório. Para ele, a defesa de temas como monarquia ou religião eram sinônimo de atraso. Talvez, esteja aí sua incapacidade de procurar entender o Conselheiro, e o motivo de estereotipá-lo como retrógrado, fanático e bárbaro.

Conselheiro, forjado nas agruras da seca, moldou sua personalidade dentro da fé cristã típica do sertanejo e longe das influências das teorias deterministas e positivistas europeias, não admitindo e também não assimilando as mudanças advindas com o “progresso”.

Mudanças e progresso que apresentavam certas continuidades, como as velhas lutas oligárquicas ao nível regional e nacional, as quais foram problematizadas no terceiro capítulo. Capítulo no qual procuramos identificar como a opinião pública foi manipulada e formatada pelas autoridades no poder e fora dele.

Considero que, neste momento de grave convulsão social no qual a questão do outro tem sido posta em segundo plano, dar continuidade aos estudos sobre Antonio Conselheiro e Canudos, se reveste de extrema importância para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, ao passo que mantêm viva a memória do conflito – não a memória oficial, mas sim, a subterrânea, aquela que ficou escondida na memória dos sobreviventes e foi revelada a partir de meados do século passado – para que episódios como a destruição moral e física de Canudos, não se repitam.

Concluimos também, que a questão de Canudos foi incluída como peça de manobra no jogo político das oligarquias locais em constante luta pelo poder, e no âmbito nacional, utilizada no processo de enfraquecimento e desconstrução da imagem política do presidente Prudente de Moraes. Em relação às insinuações sobre conspiração monárquica e antirrepublicana dentro da comunidade, podemos verificar que não passavam de notícias falsas - antecipando os modernos “*fake news*”- divulgadas pela imprensa para manipular a opinião pública nacional e forçar o recrudescimento das ações do Exército.

Exército Nacional que, nos anos que sucederam a Guerra do Paraguai (1865-1870) assumiu grande protagonismo e participou dos principais eventos nacionais, dentre eles, o golpe que, em 1889, depôs D. Pedro II e implantou a República, da qual se considerava fiador.

Ao fim e ao cabo, concluimos que a ameaça representada pela população de Canudos estava relacionada com a possibilidade de uma incipiente consciência de classe por parte dos camponeses, que motivados pelas circunstâncias começavam a abandonar o trabalho quase servil nas fazendas dos coronéis e partiam para Belo Monte em busca do sonho de ter na terra um pouco daquilo que só era prometido no céu.

Tal atitude começava a agravar o problema da carência de mão de obra farta e barata, perturbando a tranquilidade das elites, tão dispersas e acomodadas com a exploração do homem pelo homem, mas, capaz de se unirem perante a menor suspeita de organização das classes subalternas.

REFERÊNCIAS

bibliográficas

ABDALA JUNIOR, Benjamim; ALEXANDRE, Isabel M. M. (Org). *Canudos: palavras de Deus Sonho da terra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

ANDRADE, Joel Carlos de Souza. *Em demanda do sebastianismo em Portugal e no Brasil: um estudo comparativo (séculos XIX/XX)*. Coimbra:UC,2014.

ANDRADE, Olímpio De Souza.Org. *Caderneta de campo / Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços: chronica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Editra Fac-sim. Brasília:Senado Federal, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CHIAVENATTO. Júlio José. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*.9. ed. São Paulo: Editora da Unesp

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Apêndice. 39 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, Publifolha, 2000.

DUARTE. Gal. Paulo de Queiroz. *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*.v.1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981

DURKHEIM, Émile. *da divisão do trabalho social*. São Paulo:Martins Fontes, em 2010.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos:gênese e lutas*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*.3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves.(Org) *O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 7ª ed. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2014.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos Jornais*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1994.

HALBWACKS, Maurice. *A memória coletiva e memória individual*. In. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2005, p 22-55

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*.6. ed. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 1977.p 9-24

HOBSBAWM, Eric. *Bandidos*. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975. P 10-23.

HOORNAERT, Eduardo. *Os Anjos de Canudos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Bahia, 1899.

JUNIOR. Durval Muniz de Albuquerque. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877-1922)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Luis da Costa. *Terra ignota, a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LLOSA, Mário Vargas. *A Guerra do fim do Mundo*. 14 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim. *Juízos Críticos, Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nanquim Editorial: Editora UNESP, 2003

NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. São Paulo: Atlas, 1997.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Para ler o facundo de Sarmiento. In. *América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Editora da USP, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: DOMINUS, 1965

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SILVA, José Calasans Brandão. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria EGBA, 1997.

TODOROV, Tzvetan. *Abusos da memória*. Espanha: Ariela, 1995.

VILLA, Marco Antonio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2001.

Artigos

ATHAYDE, Hélio. *Canudos e a consolidação da República*. In. Revista Especial do IHGES, 1989, República 100 anos, nov/2014

ATAIDE, Yara Dulce Bandeira de. *As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro*. Revista USP, nº 20, 1994.

ZILLY, Berthold. *Canudos Telegrafado*. In Revista IHGB. Rio de Janeiro, 160 (405): 785-812, out/dez. 1999

KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 5, a 10, 1992

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 2, n 3, 1989, p 3-15

Documentos

Coletânea Ordens do Dia da Secretaria Geral do Exército (1857-1909)

Vade Mécum Nº 10-Secretaria Geral do Exército (Valores, Deveres, e Ética MILITARES – VM 10)

Atas de reuniões da Câmara dos Deputados do Estado Federado da Bahia (1890-97)

Site:

- www.memoria.bn.br (hemeroteca da Biblioteca Nacional)
- <https://pt.wikisource.org/wiki/> (cartas de Euclides)
- historia.bahia.com
- IBGE

Documentário:

OLAVO, Antonio. *Paixão e guerra no sertão de Canudos*, 1993. Disponível em <https://pt.wikisource.org/wiki/Correspond%C3%Aancia_ativa_de_Euclides_da_Cunha>

Revistas

Revista o Cruzeiro nº 39, jul/1947

Revista de História da Biblioteca nacional, Ano 4, nº 47, ago/2009

Revista Mais da Folha de São Paulo, nº 564, dez/2002.